

Quem disse ?

«Ainda hoje me guiam os valores que aprendi de Bento Jesus Caraça»

Mário Soares
Expresso, 21 de Abril

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1106 • 26 ABRIL 2001 • SEMANAL • 100\$ • 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



25 de Abril

Sampaio contra revisões constitucionais supérfluas

O Presidente da República defendeu, ontem, no Parlamento, a preservação da Lei Fundamental. Jorge Sampaio discursava na sessão solene comemorativa do 25 de Abril de 1975 e, simultaneamente, das bodas de prata da Constituição, a propósito da qual homenageou os deputados consti-tuintes de 1975 que a elaboraram.

A evocação dos 25 anos da entrada em vigor da Constituição «é, por si só, celebrar a afirmação» da maturidade política e da capacidade dos portugueses em «vencer divisões», disse.

«Verificamos que se desvaneceu progressivamente a tendência para a manutenção artificial de uma querela constitucional», deixando-se de responsabilizar a Constituição «por pecados que verdadeiramente não lhe podem ser imputados», frisou Sampaio.

«A estabilidade constitucional é, em si mesma e enquanto factor de integração nacional, um valor a preservar», declarou o Presidente, alertando para «a necessidade» de se «dar cumprimento» às imposições resultantes da revisão constitucional de 1997.

Jorge Sampaio referia-se em particular às determinações que favoreciam a reforma do sistema político, cuja situação justifica preocupações que «são legítimas e exigem o empenhamento de todos na superação dos bloqueios e deficiências» ainda existentes. Contudo, observou Sampaio, «a solução não estará, porventura, numa busca de soluções crispadas exclusivamente em torno de alterações constitucionais e legislativas que acabem por não corresponder, na prática, às expectativas que nelas se depuseram».

«É possível e necessário aperfeiçoar e corrigir o funcionamento do sistema político. Para tanto basta, em grande parte dos casos, pura e simplesmente dar cumprimento às leis em vigor», declarou o chefe de Estado.

Congresso Nacional

GUTERRES ELEITO SECRETÁRIO-GERAL



O camarada António Guterres vai ser eleito secretário-geral do PS com cerca de 96 por cento dos votos e a sua moção já conseguiu eleger 1996 dos 2013 delegados ao Congresso até agora apurados.

Comentando os resultados das eleições de delegados e do secretário-geral do PS, o mandatário da candidatura de Guterres, o camarada Jorge Coelho, afirmou que existe no partido «um grande consenso em torno do líder», apesar de «entre os apoiantes se verificar uma grande pluralidade de opiniões».

«Por ser tolerante, António Guterres consegue congrega um vasto conjunto de opiniões», justificou.

Sociedade & País

Gama dá primeiro passo Negociação da Concordata espera-se serena e responsável



O ministro dos Negócios Estrangeiros português deu esta semana o primeiro passo para a revisão da Concordata, uma negociação que pode prolongar-se por dois anos. Jaime Gama foi recebido pelo papa João Paulo II na passada segunda-feira, dia 23, e apresentou ao responsável pelos assuntos diplomáticos da Santa Sé, cardeal Jean-Louis Taurin, no dia 24, o pedido formal para o início das negociações para a revisão da Concordata.

Sociedade & País

Lotação até 15 mil reclusos Três novas cadeias



Três novos estabelecimentos prisionais em Portugal, um dos quais exclusivamente dedicado a mulheres e cuja construção será adjudicada em breve, permitirão aumentar a lotação das cadeias para 15 mil reclusos, anunciou, no dia 23, o ministro da Justiça. Ao intervir na cerimónia de posse de João Figueiredo e António Ganhão, António Costa sublinhou que as novas prisões darão ao sistema prisional «uma capacidade claramente superior ao número de reclusos acolhidos nos últimos anos».



Guterres reeleito

António Guterres foi eleito directamente pelas bases do partido com uma votação superior a 96 por cento. Um resultado que faz recordar as eleições directas para secretário-geral, em 1999, onde obteve uma percentagem muito semelhante, 96,6 por cento, e que revela «um grande consenso em torno do líder».

Com os resultados apurados a moção global de estratégia «PS, uma aposta de futuro», cujo primeiro subscritor é o secretário-geral, António Guterres, já conseguiu eleger 1996 dos 2164 delegados ao congresso.

Embora ainda faltem eleger 151 dos 2164 delegados que vão ao Congresso Nacional do PS, entre 4 e 6 de Maio, os resultados indicam que a moção de Guterres deverá ser a única a ser discutida pelos delegados, já que as outras duas, de Henrique Neto e de António Brotas, não deverão alcançar os 50 delegados eleitos necessários à sua discussão.

Para Jorge Coelho, mandatário da candidatura, «a forma expressiva como António Guterres foi eleito dá-nos a certeza de que estamos no rumo correcto, que precisamos de maior determinação e capacidade de combate, mas também de termos a capacidade de emendar o que está mal» no partido e no Governo.

Como um estímulo a uma maior participação da sociedade civil e dos jovens na vida política poderá ser entendida esta vitória de Guterres que, durante a apresentação pelo país da sua Moção não se cansou de incentivar a participação dos jovens. «Os partidos têm de ser capazes de desenvolver ideias progressistas» e, para isso, «é essencial o contributo dos jovens, que não se sentem atraídos pela vida política».

Para o secretário-geral, «é importante conjugar a experiência dos mais velhos com os valores dos mais novos, para que seja possível criar uma outra visão do mundo».

Apesar de «entre os seus apoiantes se verificar uma grande pluralidade de opiniões», o PS é um partido capaz de mobilizar a sociedade civil, com ideias e projectos válidos para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida de todos os portugueses.

A prova evidente desse reconhecimento é o carinho manifestado pelo povo a António Guterres. Onde quer que se desloque, o primeiro-ministro é recebido com enorme afecto pelas populações, sobretudo no interior, como prova da sua permanente preocupação com os menos favorecidos e com a eliminação das assimetrias entre o litoral e o interior. É que os investimentos no interior do país, desde 1996, são uma marca do Governo socialista. A diferença entre o passado cavaquista e o presente socialista é que agora «existe uma grande vontade política para inverter a tendência para o agravamento das assimetrias nacionais».



SOARES CONSULTA MILITANTES ACERCA DAS ALIANÇAS

A vitória do PS nas eleições legislativas antecipadas e o anúncio por Mário Soares da realização de um referendo interno sobre a política de alianças do PS eram os temas em destaque na edição de 29 de Abril de 1983 do órgão oficial do PS.

«Sem triunfalismo, com o sentido das responsabilidades tremendas que, de novo, pesam sobre o PS, tudo faremos para não decepcionar a esperança dos que em nós confiaram, em especial os portugueses pobres e desprotegidos», afirmava o camarada Mário Soares, na sua primeira comunicação ao País, quando já eram conhecidos os resultados das eleições de 25 de Abril e já estava confirmada a clara vitória do Partido Socialista.

Acrescentava que o País «não podia continuar a viver instalado no provisório, com governos de curta duração, por isso mesmo sem capacidade para atacar os problemas de fundo».

J. C. C. B.

29 de Abril

Quem disse?

«O PS tem que estar unido e empenhado como um todo na política que decide seguir»

Mário Soares



25 de Abril

Original de «Grândola Vila Morena» entregue a Mário Soares

A gravação original dos sons que serviram de senha para o início da Revolução dos Cravos, nomeadamente a canção «Grândola Vila Morena», foram entregues, ontem, à Fundação Mário Soares.

Trata-se de uma doação, onde se inclui a zincogravura usada como cabeçalho do «Diário República» nos últimos anos de existência do jornal sob a direcção de Raúl Régo, feita, no dia 20, pelo jornalista Carlos Albino e pelo realizador de televisão Manuel Tomás.

Tratam-se de «símbolos históricos da vida democrática colectiva» da III República, segundo os doadores, e foram entregues no dia 25 de Abril a Mário Soares, na sede da fundação com o seu nome.

A gravação tem um total de 10 minutos e 15 segundos foi transmitida ao princípio da madrugada de 25 de Abril de 1974, durante a emissão do programa Limite que Carlos Albino e Manuel Tomás tinham na Rádio Renascença.



Sociedade

Sampaio promulga uniões de facto

O Presidente da República, Jorge Sampaio, promulgou, no dia 20, os diplomas que regulam as uniões de facto e protegem as pessoas que vivem em economia comum.

Os diplomas alargam aos casais homossexuais os direitos já consagrados para uniões de facto heterossexuais e em regime de economia comum.

Os diplomas foram aprovados no Parlamento pelo PCP, Partido Ecologista Os Verdes e Bloco de Esquerda, a que se associou uma maioria de deputados do PS. O PSD e o PP votaram contra.



Açores

Governo defende associação para promover turismo rural

O secretário da Economia açoriano defendeu no dia 21 a criação no arquipélago de associações que permitam uma promoção eficaz das unidades de turismo em espaço rural das várias ilhas.

No encerramento da I Bienal de Turismo Rural Atlântico, organizada pelo Governo Regional, Duarte Ponte salientou que esta organização dos empresários do sector se justifica pela necessidade de ultrapassar os «handicaps naturais» dos Açores.

Uma situação que leva a que as unidades de turismo rural tenham uma dimensão reduzida, o que dificulta a sua promoção no exterior, referiu o governante.

Para Duarte Ponte, o crescimento do número de unidades turísticas permite perspectivar o aparecimento de novas empresas de animação cultural, assim como outras ligadas à natureza e à aventura, numa «caminhada só sustentável se alicerçada numa estreita aliança com o meio ambiente».

Durante o encontro que decorreu na ilha de São Jorge, foi anunciado a duplicação do número de unidades de turismo rural até 2003, passando de 38 para 80 espaços em várias ilhas.

Já estão aprovadas ou em execução 42 projectos, que aumentarão a capacidade da região de 322 camas para 682.

GUTERRES ELEITO SECRETÁRIO-GERAL COM 96 POR CENTO DOS VOTOS

O camarada António Guterres vai ser eleito secretário-geral do PS com cerca de 96 por cento dos votos e a sua moção já conseguiu eleger 1996 dos 2013 delegados ao Congresso até agora apurados. Comentando os resultados das eleições de delegados e do secretário-geral do PS, o mandatário da candidatura de Guterres, o camarada Jorge Coelho, afirmou que existe no partido «um grande consenso em torno do líder», apesar de «entre os apoiantes se verificar uma grande pluralidade de opiniões», «Por ser tolerante, António Guterres consegue congrega um vasto conjunto de opiniões», justificou.

Quando apenas faltam contar os resultados de 87 secções - e eleger 151 delegados - é praticamente seguro que as moções alternativas do ex-deputado socialista Henrique Neto e do militante de Lisboa António Brotas não cheguem a ser discutidas no Congresso, marcado para os dias 4, 5 e 6 de Maio. Segundo dados oficiais fornecidos pela direcção do PS, Henrique Neto e António Brotas, até agora, ainda só conseguiram eleger cada um nove delegados, quando necessitavam de obter o apoio mínimo de 50 delegados para verem as suas moções discutidas e votadas em Congresso.

Na eleição do secretário-geral dos socialistas, a candidatura única de Guterres já obteve 51603 votos entre 53645 votantes, o que equivale a 96,19 por cento, quase o mesmo «score» que alcançou nas eleições directas de 1999.

Comentando os resultados de António Guterres, o dirigente nacional do PS e mandatário nacional da sua candidatura, Jorge Coelho, afirmou que a votação foi «expressiva» e revelou «um enorme consenso» em torno da figura do líder.

Jorge Coelho comenta resultados

O camarada Jorge Coelho classificou no dia 23 como expressiva a eleição de António Guterres para secretário-geral do PS com 96 por cento e afastou o cenário de o Congresso do partido consagrar uma liderança bicéfala.

Comentando os resultados das eleições de delegados e do secretário-geral do PS, o mandatário da candidatura de Guterres afirmou que existe no partido «um grande consenso em torno do líder», apesar de «entre os apoiantes se verificar uma grande pluralidade de opiniões».

«Por ser tolerante, António Guterres consegue congrega um vasto conjunto de



opiniões», justificou.

Na conferência de Imprensa, Jorge Coelho desmentiu a existência de divergências entre si e o primeiro-ministro, bem como a possibilidade de repartir a liderança do PS com António Guterres, na sequência do próximo Congresso. «Não existem dúvidas de que o líder é António Guterres. Eu e ele estamos numa lógica de cumplicidade», acentuou. Jorge Coelho, para quem a distinção de estilo de intervenção política resulta das diferenças ao nível das responsabilidades públicas.

«Agora, tenho a possibilidade de ter uma intervenção a outro nível. Mas não sou, nem quero ser líder do PS», acrescentou.

No entanto, de acordo com o ex-ministro do Equipamento Social, embora Guterres seja um líder incontestado, «o PS não pode ser uma organização de uma só pessoa». «O PS tem de ser uma organização de muitas pessoas. Temos de somar», disse, frisando depois que, de momento, o seu único objectivo «é levar a bom porto, até ao congresso», as funções que actualmente desempenha na direcção do partido.

Confrontado com a possibilidade de as duas moções alternativas às do secretário-

geral (do ex-deputado Henrique Neto e do militante de Lisboa António Brotas) não conseguirem alcançar o apoio mínimo de 50 delegados para serem discutidas em congresso. Coelho negou que isso signifique que a reunião magna venha a ser marcada pelo unanimismo.

«Essas duas moções globais tiveram um apoio muito diminuto por parte dos militantes e, no PS, quem manda são os militantes», declarou.

Mesmo assim, Jorge Coelho elogiou a «coragem política» de Henrique Neto e de António Brotas em apresentarem propostas alternativas às do líder, lançando farpas aos críticos socialistas que não se submeteram a votos junto das bases do partido.

«Gostava que tivessem existido mais actos de coragem como os de Henrique Neto e António Brotas, até de pessoas que muito falam mas, depois, não são consequentes», sublinhou.

«A forma expressiva como António Guterres foi eleito dá-nos a certeza de que estamos no rumo correcto, que precisamos de maior determinação e capacidade de combate, mas também de termos a capacidade de emendar o que está mal» no partido e no Governo, acrescentou Jorge Coelho.

Défice de discussão política

Carlos Zorrinho, dirigente nacional do PS. Partido de projecto e de militantes, considerou que «agora que o poder no PS está resolvido (com a reeleição de Guterres por esmagadora maioria em lista única), há que tratar do poder do PS na sociedade».

Zorrinho, que com Vitalino Canas apresenta ao Congresso nacional do PS uma moção sectorial, defendeu segunda-feira, no Porto, uma renovação profunda do partido e a intenção dos dois autores de levar por diante o seu projecto.

«Não fazemos a menor ideia se seremos ou não convidados para reintegrar a comissão permanente do PS. Mas se convidarem, sabem à partida que é para pôr isto em prática», afirmou.

Zorrinho, que falava para militantes numa sessão de esclarecimento realizada na sede distrital do PS, considerou que «há défice de discussão política nos órgãos do partido», pelo que os «clubes de política» que a moção defende poderão ser importantes para «espicaçar os pólos de poder».

O partido deve reformar-se para acolher no seu seio os elementos da sociedade civil que actualmente o apoiam, porque nele «não podem estar a funcionar em permanência um aparelho partidário e uma estrutura do tipo dos Estados Gerais».

«Se isso acontecer, mal o partido saía do poder fica apenas com um aparelho enquistado. Isso aconteceu com o PSD de Cavaco Silva, que nunca soube levar para o seu interior a sociedade civil que o apoiava. Não se trata de preparar o PS para a oposição, mas devemos criar condições para, enquanto poder, criar formas de na oposição preparar o regresso o mais rápido possível ao Governo», afirmou Zorrinho.

Por seu turno, Vitalino Canas afirmou que podem dizer que os autores da moção «não têm poder para a pôr em prática, têm razão antes do tempo, são demasiado teóricos».

«Tudo isso pode ser verdade, mas ninguém nos tira que hoje somos capazes de discutir abertamente estes temas quando há quatro anos se calhar só o Zorrinho ou o José Saraiva poderiam apresentar uma moção destas», acrescentou.

«Mas não nos ponham nas mãos demasiada responsabilidade», avisou. Na sessão, o deputado José Saraiva perguntou se a Federação do Porto do PS, onde decorria o debate, era o modelo que os socialistas pretendiam para si.

«Esta Federação é a que tem mais militantes no país. Mas tem-nos de facto ou só no papel? A participação activa está abaixo dos 50 por cento e só quando há uma disputa muito acalorada é que sobe», frisou.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portugueses terão manual contra incêndios e acidentes

Um manual de segurança contra incêndios e acidentes será distribuído em larga escala nas escolas, habitações, empresas e instituições públicas, no âmbito da campanha «Prevenção é Connosco», lançada terça-feira pelo ministro da Administração Interna.

Segundo o Ministério da Administração Interna, os folhetos, que serão distribuídos com a ajuda dos Governos Cívicos, pretendem ser um manual de prevenção e segurança contra incêndios florestais e urbanos e eventuais catástrofes provocadas por sismos e inundações.

Os acidentes domésticos também não são esquecidos, dando particular atenção às fugas de gás, o mesmo se aplicando aos acidentes que ocorrem em escolas.

O manual pretende ajudar as pessoas a identificar os «pontos negros» quer se trata de escolas, hospitais ou edifícios públicos, alertando para a necessidade de os extintores estarem em ordem e as chaminés devidamente limpas, como prevenção.

A campanha sensibiliza os cidadãos para o facto de prevenção contra incêndios e outros acidentes começar em «cada um de nós», promovendo a colaboração entre a população e os agentes que integram o Sistema Nacional de Protecção e Socorro.

Os folhetos a distribuir são da responsabilidade do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), Protecção Civil e Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais.



CIÊNCIA

Espaços públicos para acesso gratuito à Internet

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, afirmou, no dia 24, em Viana do Castelo, a disponibilidade do Governo para colaborar com os municípios na instalação de espaços para acesso gratuito da população à Internet.

«Já abrimos, há cerca de dois meses e meio, concurso nacional para o efeito e já escrevi a todos os presidentes de câmara dando conta da disponibilidade do Governo para ajudar na criação desses espaços, que funcionarão como uma grande escola de auto-aprendizagem apoiada do uso das tecnologias de informação», disse Mariano Gago.

Segundo o governante, esses espaços, a implantar em locais de grande visibilidade e de passagem de pessoas, estarão abertos «fora de horas» e terão sempre monitores especializados prontos a ajudar os utentes em qualquer dificuldade que se lhes depare. «A participação financeira das câmaras neste processo será reduzida, ficando a cargo do Estado grande parte do investimento, quer na própria instalação quer nos encargos decorrentes dos primeiros anos de funcionamento», sublinhou.

Mariano Gago falava na cerimónia de assinatura de protocolos com os dez municípios do distrito com vista à ligação à Internet de todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico da região.

A propósito, o ministro manifestou a convicção de que, até ao final deste ano, todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico do País já estarão *on line*, o que completa um processo iniciado em 1997 com as escolas dos segundo e terceiro ciclos e do secundário. Mariano Gago adiantou que no próximo mês, e depois de uma primeira experiência nos Açores, será lançado, à escala nacional, um processo de formação em tecnologias de informação, que conferirá aos formandos um diploma de competências básicas na matéria.



AGRICULTURA

Animais poderão estar na Feira de Santarém em Julho

O director-geral da Pecuária, Francisco Reis, admitiu, no dia 21, a presença de animais na próxima Feira Nacional da Agricultura de Santarém, a realizar em Julho próximo, se houver condições para tal.

«A presença de animais na Feira de Santarém está condicionada ao evoluir na situação da febre aftosa», declarou Francisco Reis. Segundo o responsável «se o número de focos da doença diminuir no continente europeu, teremos animais em Santarém».

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural também admitiu sábado, a hipótese da presença de animais na feira de Santarém.

Vitor Barros deslocou-se à Feira Internacional de Agricultura, Pecuária, e Alimentação, em Braga, onde a presença de animais foi proibida devido à epidemia de febre aftosa.



CULTURA

Ministro alerta contra «dramatização artificial»

O ministro da Cultura, José Sasportes, afirmou, no dia 21, que existe uma «dramatização artificial das relações entre o Estado e a cultura», questionando-se o apoio do Governo e a possibilidade de poder vir a suprimir subsídios.

Segundo Sasportes, esta é uma «interpretação absurda», preferindo falar de uma «campanha de assassinio de personalidade» dirigida contra si.

«Pessoalmente, não me sinto particularmente afectado, mas sou sensível ao descrédito que terá lançado sobre os trabalhos artísticos», afirmou, sublinhando que esta campanha terá colocado a discussão a «níveis de quezília futebolística».

O ministro da Cultura presidiu à sessão de encerramento do encontro internacional «O estado das Artes / As Artes e o Estado», que reuniu agentes culturais, ex-governantes, decisores políticos e investigadores no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

«As atribuições de subsídios constituíram sempre um dos aspectos mais delicados das relações do Estado com o cidadão», sublinhou o ministro, sublinhando que, no contexto português, «pior que um subsídio recusado é o subsídio atribuído ao vizinho».



PORTUGAL SOCIALISTA

MARCAS DA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA

Nova edição à venda



EDUCAÇÃO

Fixar professores nas escolas

A secretária de Estado da Administração Educativa garantiu, no dia 21, que o Ministério da Educação tem neste momento um projecto em negociação com os sindicatos do sector, tendente a reduzir a mobilidade dos professores.

Falando no final do IV Congresso Nacional dos Centros de Formação de Associações de Escolas, que decorreu durante três dias na Praia do Carvoeiro, Lagoa, Maria José Rau afirmou que Portugal é o país europeu onde existe a maior mobilidade de professores.

«Em certas zonas do País, 80 por cento dos professores de uma escola mudam de estabelecimento de ensino todos os anos», disse a governante, considerando esta situação «desesperante e má» para alunos e professores.

Na sua intervenção, Maria José Rau considerou existir uma certa «perversão» entre as acções de formação contínua, a qual deve ser assumida como um direito e dever para todos os docentes, e ter por base o desenvolvimento pessoal e profissional e não apenas para efeitos de progressão de carreira.

Reconhecendo que em algumas áreas e em certa zonas do País, especialmente nas periferias das grandes cidades, existem alguns problemas de carácter estrutural, a governante sublinhou que a nível da educação não existe falta de recursos económicos, mas dificuldades com a gestão dos recursos existentes.

CRAVOS E LIBERDADE HÁ 27 ANOS

A Assembleia da República celebrou ontem mais um aniversário da Revolução dos Cravos numa sessão que assinalou ainda as bodas de prata da entrada em vigor da Constituição de 1976.

Após a sessão solene comemorativa do 27º aniversário do 25 de Abril de 1974 no plenário, na qual Jorge Sampaio defendeu a alteração da lei do financiamento dos partidos e a reforma das Forças Armadas, realizou-se um almoço evocativo da Lei Fundamental de 1976 que juntou alguns dos membros da Assembleia Constituinte. Na sessão plenária, o Presidente da República defendeu o reforço do financiamento público das campanhas eleitorais como «condição de total transparência e independência dos partidos e dos candidatos».

Jorge Sampaio sublinhou a importância do texto constitucional que entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976 e reafirmou a necessidade de se ter uma visão global das questões da Defesa Nacional e da instituição militar – nomeadamente para valorizar e otimizar os recursos financeiros do País.

A intervenção de Jorge Sampaio ocorreu



numa altura em que o Parlamento vai discutir diplomas importantes para o sector, designadamente sobre o exercício de direitos cívicos pelos militares e o

reequipamento das Forças Armadas. As competências dos órgãos de soberania no envio e acompanhamento das tropas nacionais no estrangeiro e a necessidade

de haver um consenso nacional abrangente e duradouro sobre a definição das orientações e objectivos estratégicos do sector foram outros pontos abordados por Sampaio.

Além do chefe de Estado, intervieram na sessão solene o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, e um representante de cada grupo parlamentar. A intervenção do GP/PS ficou a cargo do deputado José Lamego, candidato assumido à Câmara de Cascais.

Os 27 anos da Revolução dos Cravos comemoraram-se também em Santarém, com uma cerimónia junto à estátua do capitão Salgueiro Maia, e no Porto, com uma homenagem aos resistentes antifascistas e um com um desfile na Avenida dos Aliados.

A revolução de Abril de 1974 foi ainda celebrada em Abrantes com uma conferência de Mário Soares subordinada ao tema «Os desafios actuais da democracia».

O primeiro-ministro, António Guterres, abriu a sua residência oficial ao público, como forma de celebrar Abril, e presidiu a um almoço evocativo dos 25 anos da Constituição nos claustros de S. Bento.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Interpelação

DIREITA QUER DESTRUIR PARA DEPOIS PRIVATIZAR O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE



«O que está em causa, para o PSD nós sabemos bem, não é propriamente uma tardia preocupação com a saúde dos portugueses. O que verdadeiramente está em

causa é o ataque ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) que o PSD claramente gostaria de ver, primeiro destruído e depois privatizado», afirmou no dia 18, no parlamento, o camarada Manuel dos Santos. O deputado socialista, que falava durante a interpelação do PSD sobre política de saúde, sublinhou que «os partidos de direita pretendem destruir o SNS», enquanto o PS, como é referido no Programa de Governo, «quer introduzir uma profunda reforma criando condições e ambiente para o seu funcionamento».

Bastante crítico dos verdadeiros propósitos que estiveram por detrás desta iniciativa laranja, o camarada Manuel dos Santos denunciou que esta interpelação sobre a política de saúde do Governo «tem apenas como motivação imediata obter eventuais ganhos e vantagens no processo de

disputa eleitoral».

Recusando um discurso cor-de-rosa sobre o estado da saúde, Manuel dos Santos disse, por um lado, que «ninguém ignora que a saúde é ainda um sector deficitário em Portugal», mas frisou, por outro lado, que também «ninguém pode ignorar o profundo progresso que, na satisfação das necessidades de saúde dos portugueses, ocorreu desde 1995 para cá».

Referindo que numa análise e discussão sobre o estado da saúde não podem esquecer-se as comparações com o passado, Manuel dos Santos referiu que «a pergunta a que os portugueses devem responder, não é tanto a de saber se todas as expectativas sobre a política de saúde estão satisfeitas, mas sim a de saber se, desde 1995, caminhámos ou não inequivocamente no sentido de a satisfazer». O deputado do PS disse ainda que o balanço que faz destes seis anos de governação, na área da saúde, «é muito positivo» e sobretudo, acrescentou, torna-se «arrasador se o compararmos com as realizações dos governos do PSD que nos antecederam».

J. C. CASTELO BRANCO

AUTÁRQUICAS

Candidaturas independentes

MÁXIMO DE SUBSCRITORES FIXADO EM QUATRO MIL

O Parlamento aprovou, no dia 23, na especialidade, uma proposta do PS que fixa em quatro mil o número máximo de subscritores de candidaturas de independentes às autarquias locais.

A proposta obteve os votos contra do PSD e abstenção do PCR, únicas bancadas que, com os socialistas, estiveram presentes na reunião da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

De acordo com a proposta aprovada, o número de subscritores necessários para a apresentação de candidaturas de cidadãos independentes à câmara e à assembleia municipal é fixado pela divisão do universo dos eleitores por três vezes o número dos vereadores a eleger.

Assim, serão necessárias cerca de 1500 assinaturas para apresentação de uma candidatura independente a um município com 30 mil eleitores e de duas mil para um município com 40 mil eleitores.

Para municípios de maior universo eleitoral, como, por exemplo, os de Lisboa e do Porto, o número de assinaturas exigíveis nunca poderá ultrapassar os quatro mil. O PS apresentou ainda uma proposta em que assegura aos independentes as

garantias, limites e demais regras na legislação em vigor sobre financiamento de partidos políticos e das campanhas eleitorais e, relativamente aos subsídios, defendeu a sua atribuição às listas de independentes que obtenham, pelo menos, dois por cento do universo a que concorrem.



DEPUTADO JOÃO SOBRAL

Saúde

O NOVO PARADIGMA DA RESPONSABILIDADE

Os socialistas continuam a acreditar no carácter essencial do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e batem-se pelo direito ao acesso a cuidados de saúde de qualidade, pelo que não hesitam em propor um pacto de regime para a política de Saúde em Portugal.

A mensagem foi deixada, no passado dia 18, na Assembleia da República pelo deputado socialista João Sobral, que intervinha na sessão parlamentar de interpeleção ao Governo requerida pelo PSD, sobre «questões do Ministério da Saúde».

João Sobral disse que os deputados socialistas se confessam «estupefactos» quando, «supostamente em nome dos doentes, se põe em causa o SNS e a sua execução orçamental sem uma única vez se reflectir que a melhoria do acesso, o investimento em infra-estruturas e recursos humanos ou o acesso a melhores terapêuticas significa um necessário aumento dos custos».

Na opinião do parlamentar do PS, as críticas



lançadas actualmente pela bancada laranja «correspondem à ausência de determinação política do passado».

«É claro para o Partido Socialista que os partidos de direita sempre tiveram implícita na sua crítica às políticas sociais a vontade de se sentarem ainda mais à mesa do orçamento», afirmou João Sobral, acrescentando: «Pela nossa parte, continu-

aremos a fazer a assessoria dos doentes e da dignificação dos profissionais tanto mais quanto conhecemos modelos liberais em que, ao contrário do que afirmam, são muitos os excluídos».

Definindo a política de saúde centrada na acessibilidade e qualidade, extensível a todos os cidadãos e cobrindo todo o território nacional, como um factor de coesão e desenvolvimento, o deputado socialista não hesitou em realfirmar como seus valores essenciais «a sua natureza social, pública e universal, a promoção e a salvaguarda da dignidade humana, o respeito pelos valores de cidadania e participação e o esforço solidário de todos os portugueses na garantia destes direitos».

«Consideramos o Serviço Nacional de Saúde como a sua estrutura fundamental e estruturante e o direito à protecção na doença e à promoção da saúde, efectivados de uma forma activa, como a sua principal orientação estratégica», declarou.

Sobre a estratégia de sustentação do SNS, João Sobral frisou que ela está plasmada

no programa do Governo, assenta numa política de investimento que o Executivo tem realizado e na adopção de novos modelos de gestão que estão conceptualizados e que se encontram em fase de implementação.

O deputado socialista referiu-se ainda à urgência de consolidar um novo paradigma no sector da saúde: o da responsabilidade. «Em nossa opinião, é através da contratualização com os agentes envolvidos na prestação e gestão de cuidados que o estado deve por um lado dar corpo às suas políticas e por outro promover a clara separação entre sectores. Desde logo entre o sector público e o sector privado mas também entre o prestador e o financiador», disse.

Depois de citar alguns exemplos concretos de medidas e de resultados que demonstram um «inequívoco aumento da acessibilidade e de qualidade na saúde», João Sobral concluiu que neste sector que o Governo socialista uma política, objectivos, iniciativa e um plano de reforma.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Transportes

AERÓDROMO DE VILA REAL DEVE SER BEM APROVEITADO



O deputado socialista António Martinho está preocupado com as condições de segurança do aeródromo de Vila Real.

Na sessão plenária da Assembleia da República de perguntas ao Governo, que decorreu no passado dia 20, o parlamentar do PS questionou a disponibilidade da Administração Central para apoiar a o melhoramento do piso e a ampliação da pista desta infra-estrutura aérea.

António Martinho, deputado eleito pelo círculo de Vila Real, fundamentou as suas questões no facto de a região de Trás-os-Montes e Alto Douro estar cada vez mais a

ser «uma região de destino turístico de qualidade e com o número de visitantes a aumentar sistematicamente».

O parlamentar socialista salientou igualmente que o aeródromo, inaugurado em 1997 para facilitar as ligações aéreas de Vila Real e Bragança a Lisboa, tem vindo a adquirir uma importância crescente para os residentes e naturais da região.

António Martinho referiu-se ainda ao facto de o aeródromo de Vila Real ser utilizado no Verão como base de apoio no combate ao fogos florestais.

Consciente de que esta infra-estrutura de transporte aéreo é propriedade camarária, o deputado do PS quis saber se o Executivo está disposto a estabelecer uma

parceria com o município vilarealense para melhorar as condições de segurança para todas as aeronaves que nele operam.

O secretário de Estado dos Transportes, ao responder às questões levantadas pelo deputado de Vila Real, começou por afirmar que as condições técnicas de aproximação e aterragem do aeródromo só podiam, até há pouco tempo, contar com um equipamento de rádioajuda da responsabilidade da Câmara Municipal e com deficiência de manutenção.

«O Governo optou, através do INAC, pela implementação de novas técnicas, instalando o GPS, que permite a navegação e aproximação de noite e em algumas condições meteorológicas desfavoráveis, excepto com nevoeiro»,

explicou Rui Cunha.

O governante acrescentou que o Executivo socialista está disponível para dar formação adequada para que o equipamento em questão possa ser bem aproveitado.

O secretário de Estado informou também que se aguarda para dentro de um mês e meio a publicação da Carta de Descida, contratada à Autoridade Aeronáutica Norteamericana.

Segundo o secretário de Estado dos Transportes, «as actuais carreiras nos dias úteis da semana traduzem-se num encargo para o Orçamento de Estado de 220 mil contos por ano» e, também por esse motivo, «deve ser bem aproveitado todo o equipamento existente».

M.R.

O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 00330000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



MALMOE

Finanças

QUINZE OPTIMISTAS APESAR DE DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Os ministros das Finanças e os governadores dos bancos centrais dos Quinze, reunidos durante dois dias em Malmoe, Suécia, manifestaram um «optimismo realista» em relação à evolução da economia europeia.

Os responsáveis europeus acreditam que as suas economias não serão tão afectadas como as dos outros grandes blocos económicos mundiais que têm revisto em forte baixa as perspectivas de crescimento económico em 2001.

O ministro das Finanças de Portugal, Pina Moura, vê com «optimismo realista» a evolução da economia europeia ao longo de 2001 prevendo um crescimento em 2001 e 2002 do PIB europeu que «deve cair no intervalo entre 2,5 e 3 por cento».

Pina Moura sustentou que apesar de «algum arrefecimento» da economia europeia, há que sublinhar que é a «única» economia das internacionais que apresenta «perspectivas sólidas de crescimento em 2001 e perspectivas optimistas para 2002».

Em declarações aos jornalistas portugueses que seguiram a reunião, o responsável português defendeu a continuação da estratégia de «consolidação orçamental e dinamização



das reformas estruturais». «Seria um péssimo sinal e uma má opção para a concretização da estratégia de Lisboa e para a concretização de estratégias

de crescimento sustentado e dinâmico na UE que, em virtude de algum arrefecimento que se está a verificar, houvesse a tentação de um recuo em relação ao caminho da

consolidação orçamental na UE e travagem nas reformas estruturais», acrescentou. Na sua reunião de Lisboa de Março de 2000, os chefes de Estado e de Governo estabeleceram uma estratégia a dez anos destinada a transformar, através nomeadamente de reformas estruturais, a União «na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social».

Modelo social de protecção

O pleno emprego com a garantia de um modelo social de protecção social elevado, apoiado no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, é o objectivo central dos Quinze, que pretendem ultrapassar os resultados alcançados pela economia norte-americana nos últimos anos.

Finalmente, Pina Moura referiu que uma outra mensagem a retirar da reunião dos ministros das Finanças é a de que «um euro forte é um pressuposto muito importante para sustentar no curto e médio prazo um crescimento robusto e não inflacionista».

BRUXELAS

Agricultura

PORTUGAL PEDE AUTORIZAÇÃO PARA AJUDAR PRODUTORES DE VINHO

Portugal pediu na passada terça-feira autorização aos Quinze para compensar financeiramente os produtores com excedentes de vinho que se atrasaram na candidatura ao programa europeu de destilação voluntária do ano passado.

Os produtores portugueses atrasaram-se na candidatura à destilação voluntária de 2000 - que lhes permitia receber uma ajuda europeia para escoar o excedente -, pelo que a Comissão Europeia aceitou em Fevereiro último abrir uma destilação de «crise».

Esta excepção permitirá aos portugueses o escoamento de 450 mil hectolitros de vinho para ser transformado em aguardente, recebendo 46 escudos por litro, um valor, no entanto, inferior ao que receberiam se tivessem apresentado a tempo as candidaturas ao programa europeu de destilação voluntária.

Esta última permitiria o pagamento de 59 escudos por litro, uma diferença de 13



escudos por litro que o Governo português se propõe agora pagar. As autoridades de Lisboa responsabilizaram os operadores nacionais por

não terem introduzido os pedidos de subsídio mais cedo e assim terem-se arriscado a perder os dinheiros de Bruxelas.

Os pedidos podem ser entregues a partir de 1 de Setembro de cada ano, tendo os operadores portugueses optado por esperar pelo mês de Novembro para assim terem uma ideia mais precisa das quantidades que realmente pretendiam destilar, mas a decisão retirou-os do orçamento comunitário previsto para estas compensações.

O pedido português de concessão de uma ajuda nacional à destilação de vinho constou da agenda dos ministros, uma situação semelhante à que aconteceu no conselho de Dezembro, no qual a Alemanha e a Itália obtiveram a concordância dos Quinze para procederem a essa ajuda.

Em cima da mesa dos responsáveis europeus da Agricultura esteve ainda a proposta da Comissão Europeia de

prolongar a interdição das farinhas de carne e ossos na alimentação animal, que terminava a 30 de Junho.

Bruxelas considera «premature» o levantamento da proibição - que visa evitar a contaminação cruzada -, em resultado das inspecções realizadas nos Estados membros pelos veterinários europeus para controlar a legislação comunitária de combate à encefalopatia espongiforme bovina (BSE).

O executivo comunitário considera que a interdição permanente das farinhas animais na alimentação dos não-ruminantes - como os porcos, aves e peixes - não se justifica no plano científico, mas a falta de cumprimento da legislação comunitária no que respeita aos ruminantes (cuja proibição está em vigor desde 1994) leva-a a actuar desta forma.

Os governantes discutiram ainda o estado da situação da febre aftosa nos países afectados como o Reino Unido, Irlanda, Holanda e França.

LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS PARA 2005

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) deverá ser uma realidade em 2005. Mas, deste mercado, que se perfila como o maior do mundo, apenas poderão participar países democráticos («Cláusula da Democracia»).

No passado dia 22, o Quebec, Canadá, foi o local de encontro para chefes de Estado e de Governo de 34 nações americanas que, após uma cimeira de três dias, acordaram os parâmetros da constituição de um mercado global que deverá abranger uma população total de 800 milhões de pessoas.

Além do acordo da ALCA e da «Cláusula da Democracia», os representantes dos 34 países americanos aprovaram também um plano para a prosperidade e realização de potencial humano, que visa colmatar exigências para um combate às desigualdades sociais e à pobreza.

Os países do Pacto Andino vão, por exemplo, receber um programa de ajuda de 880 milhões de dólares, financiados pelos Estados Unidos, segundo anunciou o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

O encontro decorreu no centro de conferências da cidade histórica do Quebec, onde os dirigentes estavam protegidos por um aparato de mais de seis mil polícias e uma vedação de cerca de quatro quilómetros que isolou o centro da urbe.

Em alguns locais ocorreram violentos confrontos entre a polícia de choque e pequenos grupos de manifestantes anti-



globalização, que se saldaram em dezenas de feridos, na maior parte ligeiros e prisões. Apesar de todas as atenções estarem viradas para a formação da ALCA, esta está ainda muito longe de ser concretizada.

O acordo prevê o final das negociações até Janeiro de 2005 e, como disse o primeiro-ministro canadiano Jean Chrétien, «há ainda milhares de pontos a negociar». O Presidente George W. Bush tem ainda que receber autorização do Congresso para negociar um acordo dessa amplitude e sem essa autorização países, como o Brasil, tornaram claro que não podem avançar nas negociações. Bush reafirmou, na conferência de imprensa final, ser sua intenção obter essa autorização até ao final do ano, mas vai deparar com enormes dificuldades por parte do congresso.

Realidades à espreita

O Brasil, considerado a potência regional da América do Sul, continua a manifestar publicamente uma preferência por acordos regionais e quer garantias de acesso ao mercado norte-americano de produtos que têm constituído uma fonte de disputas entre os dois países.

Como que a tornar claro ao Brasil que os Estados Unidos também podem seguir na via de acordos bilaterais, o Presidente norte-americano anunciou que vai continuar conversações com o Chile para a assinatura de um acordo de comércio livre bilateral e disse estar aberto à ideia de um acordo semelhante «com um grupo de nações da América Central».

Mas os presidentes presentes na Cimeira das Américas expressaram, no final da conferência, grande entusiasmo pelo que foi alcançado.

«Entramos com o pé direito no século XXI», disse o Presidente mexicano, Vicente Fox. Devido ao facto de haver ainda pelo menos quatro anos de negociações à sua frente, os chefes de Estado e Governo preferiram dar ênfase à «Cláusula da Democracia» sobre a qual havia algumas reservas, ou por ser considerada insuficiente na forma em que foi discutida, ou por constituir um pretexto para a ingerência nos assuntos internos dos países presentes.

A Venezuela expressou reservas a dois parágrafos da declaração, fazendo referência à «protecção de direitos humanos e liberdades fundamentais» e à preparação de uma carta democrática interamericana «para a defesa activa da democracia representativa».

A Venezuela pôs também reservas à adopção da data de Janeiro de 2005 para o fim das negociações sobre a ALCA, afirmando que uma data fixa poderá resultar em que não sejam resolvidos com seriedade certos obstáculos.

Para dar peso à protecção da democracia, os governantes das Américas concordaram em pedir ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que no futuro passe a tomar em conta a cláusula da democracia nas suas decisões, ameaçando efectivamente os países não democráticos com uma suspensão de financiamento ou ajuda.

Os presidentes assinaram também uma declaração de apoio ao processo de paz na Colômbia e outra de apoio à promoção das ligações informáticas entre os países da zona.

«QUIOTO ESTÁ VIVO»

«O» Protocolo de Quioto está vivo, embora sofra de uma grave doença de que se começou a recuperar», disse no dia 22 o ministro do Ambiente holandês, Jan Pronk, depois de se reunir com mais de 40 signatários do Acordo.

O ministro holandês referia-se à crise originada pela rejeição dos Estados Unidos do protocolo internacional assinado em 1997, em Quioto, para impedir a deterioração ambiental, mediante a redução de gases responsáveis pelo aumento das temperaturas terrestres.

Disse-se que «o Protocolo estava morto», mas «eu declaro-o vivo», comentou Pronk numa conferência de imprensa em que reconheceu que o acordo «ainda não está totalmente são».

O ministro fez este balanço no final de uma jornada de debates na sede da ONU, em Nova Iorque, na qual a delegação dos EUA



deixou claro a sua oposição ao Protocolo, embora tendo prometido participar na Conferência de Bona, em Julho, cujo objectivo é aprovar um plano pormenorizado que permita atingir as metas aplicadas.

Pronk distinguiu três grupos entre os 40 países representados na reunião: um, em que se encontra a União Europeia, quer ratificar Quioto para permitir a sua entrada em vigor, se necessário sem os Estados Unidos; um segundo grupo, que ele não identificou, está mais hesitante; um terceiro - «um ou dois países (a Austrália e o Canadá) declararam em privado que lhes parecia impossível aplicar Quioto sem os Estados Unidos». O ministro holandês revelou-se prudente nas hipóteses de bom êxito do reatar das negociações climáticas, em Bona. «Não posso garantir uma final positivo em Bona», disse. Contudo, excluiu um bloqueio dos Estados

Unidos em Bona.

Contrariamente ao que aconteceu em Março, quando o Presidente Bush denunciou Quioto, os norte-americanos não dizem hoje que «Quioto está morto», regozijou-se o ministro holandês, acrescentando: «Estou um pouco mais optimista depois deste encontro.»

Para que o Protocolo entre em vigor tem de ser ratificado por um mínimo de 55 países que emitam 55 por cento das emissões mundiais de dióxido de carbono. «Gravemente preocupada com a posição dos Estados Unidos», a União Europeia emitiu em Nova Iorque um comunicado em que afirma não ver «nenhuma alternativa» ao Protocolo de Quioto para lutar contra o aumento de temperaturas do Planeta.

«A UE fará o máximo para contribuir para que se chegue a um acordo em Bona, em Julho», acrescenta o comunicado.

NEGOCIAÇÃO ESPERA-SE SERENA E RESPONSÁVEL

O ministro dos Negócios Estrangeiros português deu esta semana o primeiro passo para a revisão da Concordata, uma negociação que pode prolongar-se por dois anos.

Jaime Gama foi recebido pelo Papa João Paulo II na passada segunda-feira, dia 23, e apresentou ao responsável pelos assuntos diplomáticos da Santa Sé, cardeal Jean-Louis Taurin, no dia 24, o pedido formal para o início das negociações para a revisão da Concordata.

«Portugal está pronto» para iniciar as negociações e já houve reuniões de trabalho preparatórias, disse Pedro Ribeiro de Menezes, embaixador português junto da Santa Sé e um dos três membros da equipa que conduzirá as negociações pela parte portuguesa. Além de Pedro Ribeiro de Menezes, integram a equipa João Geraldes, adjunto do ministro dos Negócios Estrangeiros, e Gil Galvão, director-geral das relações internacionais do Ministério da Justiça. Jaime Gama supervisionará pessoalmente o processo. Embora seja conhecida a disponibilidade da Santa Sé para a revisão da Concordata, o início das negociações depende da nomeação dos três representantes da Igreja, mas, segundo o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, «será certamente ainda este ano».

Quanto à duração das negociações, Pedro Ribeiro de Menezes disse acreditar que não será necessário tanto tempo quanto o que levou a negociação da Concordata de 1940, ou seja, três anos.



Tendo em conta casos idênticos, como o da Espanha e Itália, poderá levar um ou dois anos.

Jaime Gama declarou à imprensa que Portugal quer «negociações serenas e muito responsáveis».

Fontes diplomáticas admitem que «há temas mais fáceis e outros mais difíceis», sem mais detalhes, mas reconhecendo

a «sensibilidade da questão» afastam a hipótese de polémica.

Concordata tem inconstitucionalidades

Entre os 31 artigos da Concordata, assinada a 7 de Maio de 1940 e revista em 1975 para permitir o divórcio civil aos cônjuges casados pela Igreja Católica, encontram-se normas ultrapassadas e algumas inconstitucionalidades.

O núncio apostólico português considerou ultrapassado «o núcleo concordatário decorrente da realidade missionária no Ultramar português». Além das normas na Concordata, o assunto é tema de um protocolo adicional, o Acordo Missionário.

O arcebispo primaz emérito D. Eurico Nogueira, autor de estudos aprofundados sobre a Concordata e o Acordo Missionário, considera ultrapassados, além daquelas normas, o direito de veto do Estado aos nomes dos bispos e «alguns aspectos fiscais». A necessidade de a Santa Sé consultar o Governo português sobre os nomes dos bispos ou arcebispos a nomear é, consideram os especialistas, incons-

titucional, dado pôr em causa o princípio da separação de poderes entre a Igreja e o Estado.

Inconstitucional é também, de acordo com uma análise do constitucionalista Jorge Miranda, a norma relativa à orientação do ensino nas escolas públicas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, bem como a exigência de um pedido de isenção para quem não deseje ter ensino de religião e moral católicas naquelas escolas.

Problemas de inconstitucionalidade tem ainda a norma que determina que os eclesiásticos gozam da protecção do Estado, quando os equipara aos funcionários públicos para esse efeito.

A variedade de assuntos expressa na Concordata, assinada por representantes do Papa Pio XII e do Presidente da República, marechal Carmona, explica que a equipa negociadora portuguesa conte com o apoio de peritos dos ministérios das Finanças, Educação, Cultura, Defesa Nacional e Solidariedade.

Jaime Gama declarou-se convicto de que com a Santa Sé Portugal obterá «uma nova Concordata para durar».

«As relações entre o Estado português e a Santa Sé são as melhores, há, à partida, todas as bases para que as negociações que agora se seguirão venham a traduzir-se num resultado excelente», afirmou. Recorde-se que o pedido de revisão da Concordata surge numa altura em que o Parlamento português se prepara para votar um projecto de lei de liberdade religiosa que visa garantir alguns benefícios às chamadas religiões minoritárias, à semelhança dos já concedidos à Igreja Católica.

MARCAS DA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA

«M»arcas da governação socialista» é o tema central da próxima edição da revista «Portugal Socialista», de Abril, dirigida pelo camarada José Leitão.

«Os textos que publicamos neste número poderão ser analisados de muitas formas e, desde logo, como um contributo para uma melhor informação dos militantes sobre a actividade da governação socialista em várias áreas: através deles poderão também ser identificadas algumas das marcas significativas da governação socialista», escreve José Leitão no Editorial. Neste número colaboram António Guterres, Jaime Gama, Guilherme d'Oliveira Martins, Joaquim Pina Moura, Augusto Santos Silva, Alberto Martins, Mariano Gago e Vitalino Canas, que escrevem textos sobre as principais medidas das áreas da acção

governativa em que são responsáveis. Da Política Externa portuguesa, à Economia, passando pela Educação, reforma da Administração Pública, até à Ciência e Tecnologia e ao combate à Toxicodependência, os leitores poderão ficar com uma ideia mais nitida das profundas marcas que a governação socialista está a deixar na sociedade portuguesa.

«Apostamos, de facto, num fortíssimo impulso modernizador para crescer mais, criar riqueza, desenvolver melhor a economia e a sociedade. E, neste quadro, o nosso problema é essencialmente qualitativo: a qualificação das pessoas, a produtividade das empresas, a renovação das cidades, a qualidade dos serviços prestados pelo Estado», escreve o primeiro-ministro, António Guterres, num

artigo intitulado «Cinco anos de Governo PS: Cinco anos a melhorar Portugal». No que respeita às marcas da mudança, tema desta edição do «Portugal Socialista», o camarada António Guterres enumera as três marcas profundas «que o futuro dificilmente poderá apagar».

A primeira marca, refere Guterres, é «a vivência de uma nova cultura democrática», ou seja, «um novo estilo de governar e exercer o poder. Um estilo de total empenhamento, de respeito pelos direitos dos outros, de exercício da acção governativa de forma dialogante».

Segunda marca, frisa Guterres, «fazer da Educação a prioridade das prioridades na acção do estado e na vida da sociedade». «Tornar a pobreza numa preocupação central da sociedade portuguesa» é a terceira marca referida pelo chefe do

Governo e líder do PS.

Três marcas que, segundo salienta o camarada António Guterres, «acompanharam um grande objectivo nacional: colocar Portugal no pelotão da frente, no centro do processo de construção europeia».

De salientar ainda neste número do «Portugal Socialista», uma homenagem ao camarada Marcelo Curto, «um militante imprescindível».

«Marcelo Curto foi durante toda a sua vida um militante da luta pelos direitos dos trabalhadores e pelo socialismo democrático», escreve José Leitão, acrescentando que a «a sua carreira profissional e política, os trabalhos e livros publicados, estão inteiramente ligados a avanços significativos no que se refere aos direitos dos trabalhadores». J. C. B.

TRÊS NOVAS CADEIAS

Três novos estabelecimentos prisionais em Portugal, um dos quais exclusivamente dedicado a mulheres e cuja construção será adjudicada em breve, permitirão aumentar a lotação das cadeias para 15 mil reclusos, anunciou, no dia 23, o ministro da Justiça.

Ao intervir na cerimónia de posse de João Figueiredo e António Ganhão como, respectivamente, director-geral dos Serviços Prisionais (DGSP) e presidente do Instituto de Reinserção Social (IRS), António Costa sublinhou que as novas prisões darão ao sistema prisional «uma capacidade claramente superior ao número de reclusos acolhidos nos últimos anos».

«Este objectivo não visa um aumento do recurso à pena de prisão, que, bem pelo contrário, deve ser crescentemente substituída por penas e medidas alternativas», ressaltou Costa ao sublinhar que os 15 mil lugares em cadeias visam «dotar o sistema de capacidade para uma gestão diferenciada dos reclusos em função das suas específicas necessidades de tratamento penitenciário».

António Costa lembrou também que Celso Manata e João Figueiredo à frente, respectivamente, da DGSP e do IRS desenvolveram «um trabalho excepcional que ficará assinalado pela forma corajosa e determinada como souberam enfrentar e responder aos enormes desafios que constituíram a situação de ruptura, sobrelotação e degradação dos estabelecimentos prisionais após décadas de ausência de investimento».

Ao recordar que os serviços prisionais e o



IRS «são dois instrumentos fundamentais para a execução do programa de modernização do sistema penal», o ministro da Justiça assinalou que, por isso, «o mandato dos seus novos dirigentes é muito exigente e ambicioso», porque, além da continuidade, deve proporcionar um novo impulso que «marque um novo salto

qualitativo, num contexto financeiro exigente».

A nova etapa dos serviços prisionais ficará, segundo o ministro, marcada por dois novos instrumentos normativos: por um lado a nova lei de execução de penas e, por outro, a nova lei orgânica da DGSP. A nova lei da execução de penas pretende

constituir, segundo o governante, um novo quadro de referência que assenta na visão do recluso como titular de direitos de cidadania, que fixe um padrão de exigente de tratamento penitenciário e que assegure um quadro de segurança eficaz.

Por outro lado, a nova lei orgânica da DGSP pretende dar resposta às necessidades de um serviço que, a par da segurança, tem de garantir o tratamento penitenciário e a salvaguarda de direitos fundamentais dos cidadãos reclusos, como o direito à saúde. No que respeita ao IRS, António Costa apontou como prioridades a consolidação da entrada em vigor da nova lei tutelar educativa (de menores), «prosseguindo e aumentando o esforço de investimento nos centros educativos», e a «execução das penas e medidas alternativas às prisões» como as pulseiras electrónicas, «decisivas» para reduzir o número de reclusos preventivos.

«A credibilização de penas alternativas como o trabalho a favor da comunidade é também decisiva. Criada que está a rede nacional de entidades beneficiárias, é agora necessário dar visibilidade a esta rede, torná-la conhecida dos senhores magistrados e facultar-lhes um serviço muito eficaz, que assegure a resposta imediata e acompanhamento rigoroso da execução da pena», concluiu.

João Figueiredo, antigo chefe de gabinete do ex-ministro da Justiça Vera Jardim, sucede a Celso Manata, magistrado do Ministério Público, que esteve à frente da DGSP por sete anos.

António Esperto Ganhão passa de vice-presidente do IRS ao lugar cimeiro até agora ocupado por João Figueiredo.

LAMEGO DEFENDE REGRAS CLARAS PARA BAIXAR CONSTRUÇÃO

O candidato do PS à Câmara de Cascais, camarada José Lamego, afirmou no dia 21 que a «massificação urbanística» do concelho só poderá ser impedida com a aplicação de regras claras, através da revisão do Plano Director Municipal (PDM). José Lamego, que falava durante um almoço com figuras destacadas do meio cultural do concelho, defendeu ser «necessário saber-se de uma vez por todas onde é que se pode ou não construir».

«A revisão do PDM que está a decorrer vai servir para um abaixamento do índice de construção no município», disse o candidato socialista, acrescentando que a posição defendida pelo candidato do PSD, António Capucho, para que o PDM seja

suspenso, «não iria resolver o problema, por ser uma medida de plateia».

Para José Lamego, «António Capucho só quer penalizar sem resolver nada. A sua atitude mostra que não estudou os problemas».

Questionado sobre uma sondagem publicada na última edição do semanário «Expresso» que dá a Capucho 39 por cento das intenções de voto nas próximas autárquicas, contra os 15 por cento de Lamego, o candidato do PS afirmou acreditar em sondagens, no entanto está «convicto» que irá ganhar as eleições.

De acordo com José Lamego, «a grande diferença percentual só acontece porque o candidato do PSD é mais conhecido em Cascais».

«Mas para mim o grande adversário não é António Capucho mas sim a abstenção», contra a qual pretende lutar a partir de 26 Maio, altura em que lançará publicamente a sua campanha.

Quanto à equipa que vai escolher para o Executivo, Lamego afirmou que nada dirá precocemente.

Fora de questão está uma eventual coligação com a CDU: «O PS vai apresentar-se sozinho às eleições em Dezembro, mas tentarei ir buscar figuras individuais fora do partido», frisou.

No almoço onde marcaram presença figuras como João Cravinho, José Manuel Tengarrinha, João Prouença, Júlio Isidro, Helena Cidade Moura, Carlos Avilez, Fernando Tordo, entre outros, o actual

vereador da Cultura, José Jorge Letria, garantiu que «o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos oito anos não vai cair nas mãos de pessoas que nem sequer sabem quantos cantos tem "Os Lusíadas"».

«Não é legítimo admitirmos que podemos perder aquilo que fizemos muito bem para aqueles que não dão a mínima garantia de tratarem a cultura tal como deve ser tratada», adiantou Letria.

O almoço reuniu cerca de uma centena de figuras ligadas à cultura no concelho. Outras, que não puderam estar presentes, como Carlos Alberto Moniz, Veiga de Oliveira ou Matilde Rosa Araújo, enviaram mensagens escritas de apoio a José Lamego.

INVESTIMENTOS RONDAM OS 20 MILHÕES DE CONTOS

O primeiro-ministro iniciou no dia 20 uma visita de dois dias a dez concelhos do distrito de Portalegre, numa iniciativa de apoio ao interior em foram anunciados investimentos do Estado que rondam os 20 milhões de contos. O périplo de António Guterres pelo norte alentejano começa Sexta-feira de manhã, em Portalegre, com questões ambientais, e terminou ao início da tarde de sábado com a inauguração do quartel dos bombeiros do Gavião.



O primeiro-ministro garantiu, no dia 20, no Alto Alentejo, que os investimentos no interior do País, desde 1996, são uma marca do seu Governo, deixando críticas ao «cavaquismo», acusado de apenas olhar para o litoral desenvolvido.

Numa visita ao distrito de Portalegre, Guterres procurou o contacto directo com os populares, mostrou-se sempre descontrado e sorridente, ouviu elogios, mas também notas de insatisfação por parte de autarcas alentejanos e, sobretudo, garantiu empenhamento político do Executivo para ultrapassar o atraso estrutural do distrito do País face à média nacional. Acompanhado nas diversas iniciativas do programa pelos ministros do Ambiente,

Agricultura e da Economia, o chefe do Governo socialista fez sempre o discurso do reconhecimento daquilo que ainda falta para fazer no Norte do Alentejo, mas, ao mesmo tempo, procurou sublinhar aquilo que já foi feito, comparando a realidade actual daquela zona do País com a anterior a 1996.

O discurso mais significativo foi feito na cerimónia de lançamento dos sistemas multimunicipal de abastecimento de água, saneamento do Norte Alentejano, no município do Marvão, na qual fez um rasgado elogio ao trabalho político desenvolvido pelo ministro do Ambiente, José Sócrates.

Nessa intervenção, Guterres enfatizou os 16 milhões de contos que serão investidos, até 2004, para resolver problemas de abastecimento de água e de saneamento da região do Norte do Alentejo, com uma

população que não atinge os 130 mil habitantes.

«Antes (de 1996), os grandes projectos nacionais e aqueles que eram comparticipados pelo fundo de coesão limitavam-se ao litoral», disse, perante uma plateia de pessoas do distrito de Portalegre. Mas as comparações com o tempo do «cavaquismo» não se ficaram por este aspecto.

António Guterres lembrou que em 1995 existiam 335 lixeiras a céu aberto, só um por cento do território nacional era coberto por eco-pontos e sistemas de triagem, e que este Governo já conseguiu encerrar 23 incineradoras hospitalares.

Em contraponto, segundo o primeiro-ministro, até ao final do ano «todas as lixeiras estarão encerradas», os ecopontos e os sistemas de triagem cobrirão 50 por cento do território nacional e só restarão duas incineradoras hospitalares (mas ambas de alta segurança).

«Conseguimos em poucos anos passar de indicadores de terceiro mundo para os níveis europeus», concluiu o chefe do Executivo PS.

Além do domínio do ambiente, quer em Portalegre, quer na Coudelaria de Alter do Chão, Guterres procurou traçar linhas de demarcação com o anterior poder laranja em áreas como as redes de infra-estruturas, a economia, agricultura e a história.

Antes de 1996, como sublinhou o primeiro-

ministro na sessão solene da Câmara de Portalegre, as redes de gás natural e de auto-estradas não chegavam ao interior do País, o que agora acontece. A diferença entre o passado e o presente, segundo Guterres, é que agora «existe uma grande vontade política para inverter a tendência para o agravamento das assimetrias nacionais».

«Desde 1996, no distrito de Portalegre, já foram investidos mais de 180 milhões de contos. As câmaras do distrito viram aumentadas as suas verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 82 por cento», comentou.

Como exemplos de políticas de discriminação positiva, invocou o facto de cada habitante de Portalegre receber do Estado 90 contos anuais, enquanto um cidadão de Lisboa apenas tem 20 contos. Já na Coudelaria de Alter do Chão, fundada por D. João V na primeira metade do século XVIII, a linha de demarcação com o «cavaquismo» foi a da sensibilidade cultural. «Em 1996, encontrei a Coudelaria de Alter abandonada. Hoje, é uma pérola da nossa história», afirmou, depois de realçar os 1,3 milhões de contos que já foram investidos naquele centro equestre.

Na área da economia, em Ponte de Sor, a tónica dos seus discursos passou por acentuar a recente medida do Governo, que desagrovou o IRC para investimentos realizados em zonas do interior do País.

Crato: construção da barragem do Pisão

O primeiro-ministro anunciou, no dia 21, a construção da barragem do Pisão, no concelho do Crato, infra-estrutura reclamada há mais de 40 anos por vários concelhos do Alto Alentejo e que custará cerca de 14 milhões de contos.

Numa cerimónia em que também estiveram presentes o ministro da Agricultura e do Ambiente, António Guterres fez questão de sublinhar que esta «não se trata de uma decisão arbitrária ou desinserida de uma estratégia global».

«A prioridade do Governo sempre esteve na política da água e a prova disso é o Alqueva, que foi sistematicamente adiado, mas que agora se encontra em fase avançada», disse.

A barragem do Pisão vai abranger uma área de 3200 hectares, tendo duas componentes distintas: o abastecimento de água e o regadio.

Com uma altura correspondente a um prédio de 20 andares, a futura barragem ocupará uma área de 720 hectares e terá capacidade para armazenar 100 milhões de metros cúbicos de água.

A rede primária de abastecimento de

água será constituída por uma conduta de cinco quilómetros com 1,5 metros de diâmetro. O perímetro de rega beneficiará 3238 hectares, ou seja, 293 explorações agrícolas.

No início do próximo ano inicia-se o processo de expropriações e de avaliação de impacte ambiental.

Segundo o presidente da Câmara Municipal do Crato, Correia da Luz, a povoação do Pisão, com cerca de 120 habitantes, ficará totalmente submersa.

«Todas as famílias aceitaram as propostas de realojamento», disse o autarca.

No início de 2003 começarão os trabalhos de construção que deverão estar concluídos no final de 2004.

Elvas: mercado espanhol é novo desígnio nacional

O chefe do Executivo socialista lançou, sábado, em Elvas, um «novo desígnio nacional» ao defender a penetração da economia portuguesa no mercado espanhol.

«Temos que afirmar o desígnio e ganhar a batalha de uma presença muito significativa, muito forte, da economia portuguesa na Espanha, através das nossas exportações para o mercado

vizinho», afirmou o chefe do Governo, numa sessão solene na Casa da Cultura de Elvas. Aproveitando a visita à cidade raiana, o chefe do Executivo afirmou que «está ao lado», em terras da Espanha, «uma grande oportunidade» e, para isso, apelou à mobilização de «toda a economia, a sociedade e poderes políticos, quer a nível nacional, quer local».

«Elvas tem pela frente um grande desafio que se insere num desafio estratégico para Portugal», disse Guterres, preconizando uma penetração com grande agressividade e determinação no mercado espanhol.

O primeiro-ministro justificou a aposta no facto de «cada cidadão espanhol comprar oito vezes menos produtos portugueses do que cada português compra de produtos espanhóis».

«Só com o crescimento das exportações para o mercado espanhol podemos dar um salto qualitativo que nos permita atingir um novo equilíbrio», advogou.

Dirigindo-se ao presidente do município local, o camarada Rondão de Almeida, Guterres disse que Elvas tem um papel decisivo a desempenhar nesta estratégia e garantiu um trabalho conjunto, entre o Governo e a autarquia, para criar as condições que façam de Elvas um grande

factor de penetração da economia portuguesa no mercado espanhol.

Campo Maior: o sentido humanista de Rui Nabeiro

António Guterres fez, sexta-feira à noite, rasgados elogios ao empresário alentejano do sector do café Rui Nabeiro, classificando-o como «um homem com sentido humanista, dinâmico, solidário e com consciência social».

As palavras de Guterres foram proferidas na festa dos 40 anos de existência «Delta Cafés», na qual também estiveram presentes o ministro da Economia, Mário Cristina de Sousa, e o secretário de Estado da Defesa, Miranda Calha. Depois de lembrar a forma pacífica como Rui Nabeiro atravessou os anos pós-revolução de Abril, período em que perdeu as suas terras, o primeiro-ministro afirmou que este empresário alentejano recusa a lógica da tecnocracia exclusivamente virada para o lucro.

«A sua empresa orgulha o País, que foi capaz de se afirmar no plano nacional e depois concorrer com os gigantes do mundo», apontou o chefe do Governo, que ainda definiu Rui Nabeiro como um cidadão que «olha pela vida dos outros».



Albufeira

Pescadores vão ter zona de apoio

O município de Albufeira vai abrir concurso público com vista à adjudicação de empreitada para execução de instalações de apoio aos pescadores de Olhos de Água.



A obra vai consistir na demolição das instalações existentes, construção de novas instalações e arranjo paisagístico do espaço envolvente.

O preço-base do concurso ultrapassa os 48 mil contos.

Ampliação da rede de água de Canais

No âmbito da sua política de manutenção e melhoramento da rede de abastecimento público de água, a autarquia adjudicou a empreitada de ampliação da rede de bastecimento de água na zona de Canais, em Ferreiras, por cerca de 23.500 contos.

A edilidade deliberou ainda abrir concurso público para a remodelação da rede de abastecimento de água de Ferreiras, cujo preço-base ronda os 25 mil contos.

Reparação de estradas

A Câmara decidiu adjudicar uma empreitada para levantamento e reposição de calçada e «pavé» em várias estradas e caminhos em toda a área do concelho. Trata-se de um investimento de cerca de oito mil contos que visa resolver alguns problemas causados pelo mau tempo registado este Inverno.

Nisa

Espaço Internet

O Ministério da Ciência e Tecnologia aprovou a candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Nisa ao concurso para financiamento de um Espaço Internet, no âmbito do Programa Operacional Sociedade da Informação. Os Espaços Internet são locais destinados à familiarização dos cidadãos com o uso das tecnologias de informação e, especialmente, da Internet.

Devem estar instalados em locais de grande visibilidade e de fácil e frequente acesso pelas populações.

O Espaço Internet de Nisa será instalado no edifício do Posto de Turismo, em plena Praça da República – a praça central da vila – e disporá de nove postos públicos de acesso gratuito à Internet.



Será disponibilizado apoio através de três monitores habilitados para organizarem no espaço sessões de demonstração pública do uso da Internet, de acesso a serviços de interesse público, de construção de páginas Internet e de outras acções de dinamização do uso da Internet.

De salientar que o espaço terá um horário alargado de abertura ao público e contribuirá para a formação e certificação básica dos cidadãos em tecnologias de informação.

A candidatura da autarquia de Nisa contempla a preocupação com a acessibilidade física do Espaço Internet por cidadãos com dificuldades de mobilidade.

Penha de França

Árvore de interesse público

A Freguesia da Penha de França tem uma árvore considerada de interesse público. Trata-se de uma árvore de grande porte situada no jardim da Praça António Sardenha que foi classificada de interesse público (decreto regulamentar nº 96, «Diário da República», II série, de 24 de Abril de 2000).

O anúncio foi feito pela Direcção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes da CML, na sequência de um pedido de dados sobre a referida árvore feito pela Junta de Freguesia.

Originária da América Latina (Peru, Argentina), esta árvore vulgarmente conhecida como Bela Sombra, pertence à família das *fitolaceae*, tem o nome científico de *Phytolacca dioica L.*, tem 17 metros de altura e 20,80 metros de diâmetro.

Santo Tirso

Conjunto habitacional de S. Martinho do Campo

Realizou-se no passado dia 21 de Abril,

no Lugar de Agrelo, Freguesia de S. Martinho do Campo, a cerimónia de lançamento da primeira pedra do conjunto habitacional de S. Martinho do Campo. No local, vão ser construídas 48 habitações a distribuir por vários edifícios, num complexo habitacional que vai custar cerca de 480 mil contos e se destina, exclusivamente, ao arrendamento social. Estes 48 fogos vão juntar-se aos 306 que já arrancaram em várias freguesias do concelho.



Inserido no Programa Municipal de Realojamento, este novo conjunto habitacional de S. Martinho do Campo vai ser financiado pelo Instituto Nacional de Habitação através de um acordo de colaboração celebrado para o efeito com a Câmara Municipal de Santo Tirso.

Sintra

Ocupação dos tempos livres

«Mais Sintra nas Tuas Férias», uma acção de ocupação dos tempos livres dos jovens em idade escolar (7-18 anos), que decorre durante as pausas escolares, arrancou em Sintra no período das férias da Páscoa.



Organizado pela Câmara de Sintra, esta iniciativa permitiu a realização de 16 campos de férias, supervisionados por associações juvenis, Instituições Particulares de Solidariedade e Núcleos de Realojamento, abrangendo um total de

500 jovens do concelho.

No âmbito desta acção, realizaram-se actividades desportivas («rappel», escalada, BTT, ténis), actividades lúdicas, dança, jogos, descoberta do património museológico e paisagístico, astronomia e aeromodelismo, entre muitas outras.

Vila Real de S. António

Edilidade cede lotes para autoconstrução

O gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Vila Real de S. António tem aberto concurso para atribuição de lotes para autoconstrução de moradias unifamiliares, no loteamento municipal na zona de expansão poente de Monte Gordo.

Os lotes serão cedidos em propriedade plena ou em direito de superfície, de acordo com a vontade dos beneficiários, que serão seleccionados segundo o rendimento e dimensão do agregado familiar e respectivas condições de habitação.



Para além da cedência do lote, cada um com cerca de 110 m² de área de construção, a edilidade fornece os projectos de arquitectura e concede facilidades na restante tramitação burocrática do licenciamento de cada obra.

Com esta medida, a Câmara dá mais um importante passo na diminuição das carências habitacionais do concelho, que afectam cerca de 400 agregados familiares, ou seja, cerca de 10 por cento da população total do município.

Habitação a custos controlados

Para além da cedência de lotes para autoconstrução, a autarquia tem em curso projectos para construção de mais 160 fogos a custos controlados, em diversas áreas do concelho.

A autarquia tem ainda em implementação um plano de beneficiação de habitações de agregados familiares carenciados, que vivem em imóveis antigos e com deficientes condições de habitabilidade.

JORGE COELHO ELOGIA POLÍTICA DO GOVERNO NA EDUCAÇÃO

O dirigente socialista Jorge Coelho elogiou no dia 22, em Braga, o trabalho dos governos socialistas na área da Educação.

Noutro registo, o camarada Jorge Coelho referiu que a afectividade demonstrada, sábado, dia 21, pela população de Portalegre ao primeiro-ministro demonstra que o País reconhece as suas virtudes como governante.

«O modo entusiástico como foi recebido mostra bem que a população o considera um homem normal, com virtudes e erros, mas em quem se pode confiar», declarou, fazendo o contraste com as divisões e a ausência de liderança alegadamente existentes no seio do PSD.

O ex-governante falava durante a sessão de encerramento dos trabalhos do Encontro Nacional de Estudantes Socialistas, organizado pela JS, e que decorreu em Braga com a presença de 100 militantes.

Na sessão participaram o deputado Ricardo Gonçalves, o presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado e a presidente da JS, Jâmla Madeira.

O Encontro debateu temas como a revisão curricular do ensino secundário, a organização e ordenamento do ensino superior, o financiamento do ensino superior, o desporto escolar, o associativismo e uma escola socialista.

Para Jorge Coelho, a reeleição quase unânime de António Guterres como secretário-geral do partido demonstra que «o PS tem todas as condições para continuar a ser o partido em que os portugueses acreditam para modernizar Portugal».

Referindo-se ao tema da Educação em debate na iniciativa, Jorge Coelho disse que o Governo se pode orgulhar do que tem feito no sector, lembrando que antes de 1995 o Orçamento de Estado destinava 600 milhões de contos para a Educação, verba que hoje atinge os mil milhões.



«Passados seis anos, há melhorias visíveis como acontece com o facto de se ter investido em equipamentos e de hoje todos os jovens terem possibilidade de frequentar o ensino superior», sublinhou, apontando ainda, no caso da Universidade do Minho, em Braga, o início em Setembro do novo curso de Medicina.

Jâmla propõe Escola Socialista

Jorge Coelho apelou à líder da JS para que leve as conclusões do Encontro estudantil

ao Parlamento, sustentando que «são estas coisas que devem ser discutidas porque interessam à generalidade dos portugueses».

A dirigente da JS fez um balanço da iniciativa, defendendo a Revisão da Lei da Autonomia Universitária e apelando aos reitores para que apliquem as verbas oriundas do pagamento de propinas na melhoria da qualidade de ensino.

«As universidades têm de cumprir a lei das propinas», afirmou, defendendo, também, uma melhor definição da noção de

estudante elegível que tenha em conta aspectos como os dos trabalhadores-estudantes.

Manifestou-se favorável a um ensino tendencialmente gratuito, mas disse aceitar uma propina anual simbólica, desde que temperada com uma política fiscal que permita reduzir as desigualdades sociais. Elogiou o Governo do seu partido, sustentando que nos últimos seis anos todos os jovens que queiram podem ter acesso à universidade, e lembrando que actualmente o patamar de evolução no sector passa pelo incremento do número de mestrados, de cursos de pós-graduação e de doutoramentos.

Voltou a propor a criação de uma «Escola Socialista», que englobe não só os aspectos de formação científica, pedagógica e no domínio da cidadania, mas também aspectos relacionados com o desporto escolar num óptica de ligação à comunidade escolar.

Sugeriu um modelo de desporto escolar e de prática de gestão educativa e pedagógica que passe pela interacção entre estudantes, professores, auxiliares educativos e a própria comunidade.

«A escola tem de encaminhar as pessoas para uma perspectiva de vida saudável, quer em termos de preparação científica e cultural quer de formação cívica e desportiva», afirmou.

Desporto escolar para prevenir delinquência

Acentuou que o desporto escolar amador pode contribuir para a diminuição da violência das escolas e mesmo para prevenir a delinquência juvenil.

Anunciou que a JS vai encontrar-se com o ministro da Educação, Augusto Santos Silva, a quem vai apresentar algumas sugestões com vista à introdução de medidas correctoras no ensino superior e à criação da Escola Socialista.

COIMBRA

Jantar comemorativo

Os socialistas portugueses devem «olhar para o poder de forma efémera, encarando com naturalidade a alternância», afirmou sábado à noite em Coimbra o coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho.

Dirigindo-se a cerca de 200 novos militantes da Juventude Socialista, o dirigente do PS definiu a alternância como um «bem das sociedades, quando aparecem soluções ou protagonistas que o povo considera melhores que nós».

Convidado pelos jornalistas, após um jantar de comemoração do 28º aniversário do PS e 27º do 25 de Abril, a explicar a referência à alternância, Jorge Coelho definiu-a como um «valor importante que qualquer democrata preza».

O camarada Jorge Coelho disse que o PS «tem toda a capacidade para continuar com o projecto de governar Portugal, que protagoniza desde 1995».

Para Jorge Coelho, «não existe uma alternativa credível (em Portugal), pois a oposição, nomeadamente o maior partido, está a atravessar uma crise profunda de grande divisão interna».

LEIRIA

Faleceu Rocha Silva

Os socialistas de Leiria estão de luto. Faleceu no dia 24 o camarada Joaquim Rocha Silva, fundador do PS e primeiro governador civil de Leiria após o 25 de Abril. Contava 97 anos.

«Rocha Silva representa aquilo que foi a matriz fundador do PS, herdeiro das práticas democráticas e dos ideais republicanos», afirmou o deputado José Miguel Medeiros, presidente da Federação de Leiria do PS e seu amigo pessoal.

Antigo professor da Faculdade de Economia do Porto e do ensino secundário, Rocha Silva «é uma referência clara do PS de Leiria», representando uma «consciência crítica e um farol concreto dos valores socialistas» para a direcção distrital do PS/Leiria.

À família enlutada e ao PS/Leiria, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.

GUTERRES GARANTE QUE PARTIDO ESTÁ UNIDO

O secretário-geral do PS, António Guterres, afirmou no dia 21, no Fundão, que o partido está unido, argumentando que as discordâncias internas fazem parte do funcionamento partidário democrático. O militante 939 da Secção do Fundão, António Guterres, votou no dia 21 à tarde para a eleição dos delegados ao próximo Congresso do PS e do secretário-geral. «Não tive dúvidas em estar presente porque se trata de um voto solidário com pessoas que muito estimo e estou muito ligado a esta Secção tendo sido deputado e presidente da Assembleia Municipal», referiu Guterres.

Falando à Imprensa, Guterres frisou que o próximo Congresso deve ser o Congresso de abertura do PS à sociedade e de abrir caminho às novas gerações e fazendo uma síntese entre a experiência da militância daqueles que construíram o Partido e o afirmaram na sociedade portuguesa por vezes em períodos muito difíceis.

Questionado sobre se gosta mais desta forma de eleição do secretário-geral ou em Congresso respondeu: «Os militantes gostam de ter uma palavra a dizer do seu líder e penso que isso é mobilizador e nesse sentido não me importei que assim seja, mas isso não é uma questão pessoal.»

«Não é isso que faz com que uma força é



ou não democrática o que interessa é que se respeitem os órgãos da democracia. Não tenho intenção de propor outra solução diferente da actual mas não é uma questão tabu para mim», argumentou. Sobre o próximo Congresso, Guterres opinou que «deve abrir-se» àqueles que a seguir ao 25 de Abril ainda não tinham nascido e àqueles que não tinham consciência política do que foi o 25 de Abril,

e que por vezes não compreendem o funcionamento partidário.

«Se assim acontece não os devemos culpar a eles mas devemos olhar para nós próprios e ver o que está errado em nós próprios e nas forças políticas devendo corrigir os erros para que seja possível trazer as novas gerações para a vida política», sublinhou.

«O Partido está unido no essencial e com

a frontalidade que sempre houve e embora reconheça que há discordâncias nos mais diversos aspectos mas o facto de haver uma lista de candidatura para o secretário-geral significa que é indiscutível», referiu.

«Embora tenhamos discordâncias o Partido continua unido e o facto de elas existirem em democracia e absolutamente essencial, porque se tivéssemos as mesmas ideias isto não era um partido democrático era um Partido totalitário, portanto é útil que hajam diferentes pontos de vista e que a síntese do debate desses pontos de vista nos permita ir corrigindo os nossos erros e aperfeiçoando a nossa acção», frisou.

Sobre a vida local, comentou: «Tenho muito orgulho nesta gente de bem do Fundão que tem lutado muito por esta terra e só lamento que o facto de ser primeiro-ministro não me permita continuar na Assembleia Municipal, pois vinha sempre a todos reuniões com grande empenhamento e interesse preocupando-me por todos os problemas que da sede do concelho quer das múltiplas freguesias que o compõem», acrescentou.

Questionado sobre um cartaz da JSD colocado em frente da porta da Concelhia socialista, que dizia: «Sorria... sr. primeiro-ministro o seu concelho ainda tem a pior da Câmara do País», respondeu que «a JSD conhece mal o concelho do Fundão».

MADEIRA

Conferências autárquicas

O PS/Madeira decretou no dia 21 o «estado de guerra contra o sistema de interesses, corrupção e de poderes tirânicos a todos os níveis da sociedade madeirense».

Segundo o presidente dos socialistas madeirenses, José António Cardoso, esta guerra servirá para mudar a «concepção das autarquias ao serviço dos autarcas, do sistema e dos seus compadres para outra ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento regional». A declaração foi feita na apresentação das «conferências autárquicas», uma iniciativa que o PS Madeira vai desenvolver durante os próximos seis meses, até 28 de Outubro, antecedendo as eleições autárquicas.

Nestas conferências, que o PS/Madeira pretende que tenham a participação da sociedade civil madeirense, vão ser abordados todos os sectores e áreas de intervenção política no âmbito das autárquicas.

O líder do PS/Madeira, José António Cardoso, defendeu que as «forças vivas e livres desta sociedade se devem organizar e juntar esforços para construírem os mecanismos que respondam à construção de uma Madeira do Futuro».

Outro interveniente nesta sessão de apresentação foi o presidente da Associação dos Autarcas Socialistas e da Câmara Municipal do Funchal, Bernardo Martins, que destacou o papel e a importância do poder local.

Para este edil, «o poder local não é fruto da autonomia regional mas da revolução do 25 de Abril», o que significa que ele «está um pouco mais livre, não está regionalizado e o poder regional não tem domínio absoluto sobre ele».

Bernardo Martins defendeu a participação da sociedade civil para que «ajude a oposição na Madeira a ter maior credibilidade», uma vez que os «madeirenses querem uma alternância política que seja uma alternativa credível».

Estados Gerais Regionais

A vereadora no município do Funchal Violante Matos relembrou a importância dos «Estados Gerais Regionais» que o PS/Madeira realizou há cinco anos e que não deu mais fruto porque o próprio partido «foi-se afastando do espírito» desta iniciativa e das pessoas pelo que foi penalizado em termos eleitorais.

Destacou que estas conferências não têm por objectivo delinear programas partidários mas «discutir os grandes problemas» em matéria de política autárquica.

Património e acção cultural

Acusou os actuais autarcas de não estarem interessados no «bem comum, mas num jogo de interesses pouco claros», afirmando que na sua maioria não são dedicados à causa pública, mas verdadeiros caciques locais».

A próxima conferência acontece a 28 de Abril e vai abordar o tema «património e acção cultural».

SETÚBAL

PS quer conquistar Câmara

Garhar a Câmara de Palmela, de maioria CDU, é uma das apostas do PS para as autárquicas no distrito de Setúbal, afirmou Jorge Coelho, escusando-se a revelar se o candidato é o presidente da distrital, Alberto Antunes.

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, reuniu-se na semana passada com a Federação de Setúbal, deputados e presidentes de câmaras socialistas do distrito – Mata Cáceres (Setúbal), Maria Amélia Antunes (Montijo) e Amadeu Penim (Sesimbra).

Jorge Coelho afirmou que a reunião se destinou a uma «análise da situação política e à preparação de um conjunto de iniciativas políticas do PS».

Está agendado um plenário de militantes em Palmela, o que, segundo Jorge Coelho, «é um sinal de que vamos fazer uma grande aposta em Palmela».

Entretanto, o presidente da Federação de Setúbal, Alberto Antunes, não confirmou nem desmentiu a candidatura à presidência da câmara de Palmela, afirmando «a Concelhia ainda não escolheu o candidato nem dirigiu qualquer convite».

Os deputados socialistas vão ter «um papel mais activo no acompanhamento de projectos como o Metro Sul do Tejo, em Almada, e o Programa Polis, na Caparica», anunciou Alberto Antunes após a reunião.

«Os deputados socialistas vão fazer uma selecção dos projectos mais importantes para o desenvolvimento do distrito e lutar para que não sofram nenhum atraso», reforçou o líder distrital do PS.

Alberto Antunes salientou que o Programa Polis, na Costa de Caparica, e o Metro Sul do Tejo, em Almada, são alguns dos projectos fundamentais para o desenvolvimento regional.



CONTINUAR A LUTA PELOS VALORES DE ABRIL

Em 25 de Abril de 1974, faz agora 27 anos, os militares de Abril cumpriram um compromisso consigo próprios e com o povo português. Derrubaram a ditadura e abriram as portas à liberdade.

Com esse gesto libertador, os militares de Abril assumiram também um outro compromisso: contribuir para a construção de uma Portugal melhor e garantir que os militares não voltariam a ser autores e suporte de um qualquer poder totalitário. Neste já longo caminho de 27 anos, Portugal e o seu Povo construíram uma nova sociedade, alicerçada nos valores essenciais de Abril – Liberdade, Democracia e Dignidade do Homem. Procurando participar nessa construção e visando cumprir os seus compromissos, os militares de Abril fundaram, há mais de 18 anos, quando terminou o período de transição constitucional que se seguiu a Abril, a Associação 25 de Abril. Assumindo também o objectivo de preservar e divulgar a memória do património histórico do 25 de Abril, com a participação do maior número de cidadãos militares e civis, defensores da Liberdade conquistada em 1974.

Contudo, desde a sua criação, a Associação 25 de Abril sentiu necessidade de se integrar na dinâmica de cada tempo, acrescentando novos desafios aos seu papel na sociedade. As condições materiais em que se viu obrigada a viver, muitas vezes esquecida e mesmo evitada pelos poderes públicos, não lhe permitiram abalançar-se a qualquer desafio fundamental para uma afirmação do seu carácter, do seu estatuto e da sua capacidade.

Hoje, ao inaugurar a sua nova sede em Lisboa, tão próxima do lugar simbólico onde a Liberdade triunfou em 1974, a Associação 25 de Abril assume, como compromisso da sua própria sobrevivência e preservação do seu capital de reconhecimento público, um novo patamar de exigência e de intervenção na sociedade portuguesa, e mesmo nas questões mais complexas que estão postas à Humanidade.

A sua nova dimensão, mantida na esfera da acção cultural e cívica, procurará guiar-se pelos grandes desafios do presente – o conhecimento, a informação, a paz, a defesa do ambiente e a plenitude democrática.

Não porque deseje ser um guia, quando apenas pretende ser um parceiro, não porque procure protagonismo especiais, quando nada mais deseja do que desempenhar um papel útil e mobilizador. O Homem, como em tantas outras épocas, está perante encruzilhadas decisivas, cujas opções marcarão, mais ou menos profundamente, o seu futuro. Quanto mais essas opções forem construídas por todos,

com conhecimento, consciência e vontade, mais provável será o triunfo do saber sobre a ignorância, da concórdia sobre o conflito, do direito sobre a arbitrariedade, da justiça sobre a impunidade, da qualidade sobre a mistificação.

Nós, militares de Abril, queremos trilhar este novo caminho, acompanhados por todos quantos, connosco ou através de outros areópagos nossos parceiros, quiserem responder aos desafios do tempo presente.

Nestes novos combates, acompanharemos as lutas da juventude deste tempo – pela Universidade dos valores matrizes das sociedades livres, pelo livre e

geral acesso à informação e ao conhecimento, pela obrigação de encontrar aproximações e compromissos entre sociedades conflituosas, pela conquista de direitos de minorias e da construção de espaços de afirmação de diferenças, pela defesa de um meio ambiente saudável e de qualidade para todos.

Estes serão os nossos desafios. Juntamo-nos a todos. Que todos se juntem a nós. Contamos, para isso, com a continuação dos apoios que nos permitiram inverter a situação de marginalidade vivida durante alguns anos e nos trouxeram a esta nova sede.

Um parêntesis para afirmar que fazemos votos para que as boas indicações que

temos de que, finalmente, a reparação de injustiças aos militares de Abril estão para muito breve, se venham a concretizar e não continuem as medidas de protelamento. Instalada inicialmente no Forte do Bom Sucesso, cedido pelo Exército através do seu Chefe de Estado-Maior, o capitão de Abril Amadeu Garcia dos Santos, daí seríamos expulsos pelo seu sucessor. Procurando encontrar solução que nos permitisse sair das pequenas instalações que até então alugámos em Linda-a-Velha, fomos contemplados pelo presidente da CML, Kruz Abecasis, com um terreno para a construção de um edifício. Desmascaradas as manobras do atrás referido general CEME, um seu sucessor, o militar de Abril Loureiro dos Santos, obteve o apoio do ministro Fernando Nogueira para a obtenção de uma solução digna.

Foi então que o secretário de Estado da Cultura, Manuel Freches, nos cedeu este edifício (em direito de superfície) a que juntou uma verba que se estimava suficiente para as obras de recuperação do mesmo.

Iniciada a reconstrução cedo se concluiu da necessidade de novas verbas, obtendo-se para o efeito o apoio dos governos chefiados por António Guterres.

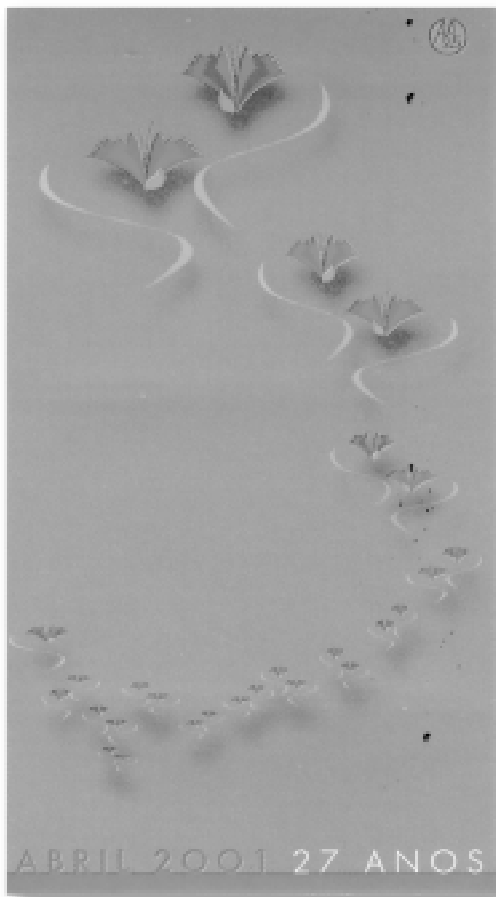
A todos eles, como a Cavaco Silva, chefe do Governo que nos cedeu o edifício, e aos ministros José Sócrates, Guilherme d'Oliveira Martins e Pina Moura os nossos sinceros agradecimentos.

Igualmente os nossos agradecimentos à CML, nomeadamente aos seu ex-presidente Jorge Sampaio e ao presidente João Soares, pelos apoios prestados à reconstrução do edifício. Os nossos agradecimentos também ao arq. Sisa Vieira, autor do projecto, que lamenta não estar presente porque se encontra no estrangeiro, ao seu adjunto arq. Falcão de Campos; aos nossos associados Amadeu Garcia dos Santos, Nuno Pinto Soares (maior responsável pelo andamento das obras) e Cláudio Marques, que constituiram a equipa responsável das obras da sede.

Nesta hora de alegria, gostaria de evocar todos os militares de Abril, bem como todos os que contribuíram para que Abril fosse possível. Faço-o através dos nossos sócios de Honra, quer dos já falecidos Sarmento Pimentel, Zeca Afonso, Salgueiro Maia e Melo Antunes, quer dos com mais de 100 anos continuam a luta pelos valores de Abril, Emídio Guerreiro e Fernando Valle. Renovando os nossos agradecimentos pela presença de Vossas Excelências, realismo que nos iremos juntar a todos. Que todos se juntem a nós.

Viva o 25 de Abril.
Viva Portugal.

*Intervenção na inauguração da nova sede da Associação 25 de Abril



REFLEXÃO

Jorge Coelho

UM NOVO DESÍGNIO NACIONAL



Um dos problemas mais importantes que afectam a nossa economia é o défice da Balança Comercial. Ou seja, Portugal importa muito mais do que exporta.

Em 2000 exportámos cerca de 5 060 milhões de contos e importámos cerca de 8 305 milhões de contos.

Este défice tem sérias repercussões no nosso modelo de desenvolvimento e acentua as fragilidades na competitividade e na coesão de Portugal.

Enfrentar esse problema, encontrar soluções e inverter a situação é um grande desafio para todos nós.

O primeiro-ministro António Guterres, compreendendo bem o problema, lançou há dias o que ele próprio chamou «um novo desígnio nacional», escolhendo a nossa vizinha Espanha como o mercado mais importante a conquistar.

Compreende-se. Aqui ao lado, estão quarenta milhões de pessoas que, com profissionalismo, com espírito de conquista e com uma estratégia integrada, podem fazer parte do mercado das empresas portuguesas.

Vejamos o que se passou em sentido inverso.

Quando da entrada na União Europeia, a Espanha definiu uma autêntica estratégia de «invasão» do nosso país.

Hoje, cerca de três mil empresas espanholas operam em Portugal, enquanto em Espanha só operam cerca de 300 empresas portuguesas.

E esta estratégia integrada espanhola que



resultados deu?

No ano passado recebemos cerca de 2,1 mil milhões de contos e expedimos cerca de mil milhões de contos, o que equivale a dizer que tivemos um défice de mais de 1,1 mil milhões de contos. Em termos mais

simples, as nossas exportações não chegam a metade do valor que importámos de Espanha.

Apesar deste valor, e provando que há condições para o desafio, a Espanha, no ano passado, já passou a ser o nosso principal cliente.

À necessidade evidente deste novo desafio, coloca-se a questão da credibilidade e da forma para o fazer.

Começemos pela credibilidade.

Em 1996, o primeiro-ministro António Guterres, com uma visão estratégica correcta, lançou como nova prioridade da nossa diplomacia, a conquista do mercado brasileiro.

Tive o privilégio de participar e ajudar a organizar a primeira viagem que o primeiro-ministro fez ao Brasil para, com um vasto conjunto de empresários, lançar esta operação.

Até essa data, havia muita nostalgia, muita emoção, muita amizade, mas de resto... quase nada.

Portugal, em 1995, tinha um investimento no Brasil de 106 milhões de contos e ocupava a 21ª posição de investidor.

Hoje, passados seis anos, Portugal é o 3º maior investidor no Brasil com um volume de 2533 milhões de contos.

Foi identificado o alvo certo, um conjunto de empresários apostou forte no mercado brasileiro e na internacionalização das suas empresas e, hoje, podemos dizer que é uma aposta ganha.

Portugal é mais respeitado no Brasil e as empresas portuguesas que aí apostaram,

ganharam dimensão para, também internamente, poderem desenvolver mais e melhor as suas actividades.

A segunda questão é a metodologia da acção. Algumas sugestões:

Penso que tem de haver uma reorganização dos instrumentos que temos ao nosso dispor, nomeadamente o ICEP, reforçando de forma muito significativa a sua actividade no mercado espanhol. A iniciativa realizada no ano passado em Madrid, com o sucesso que teve, já foi um primeiro passo.

Por outro lado, deve reorientar-se o próprio Plano Operacional da Economia no sentido de se verificar os serviços, as áreas e os produtos que devem ser integrados nesta acção, e consequentemente, dar maiores apoios às empresas ligadas a esses sectores.

Por último, deve incrementar-se a acção política entre os governos dos dois países e entre os dois primeiros-ministros. Tal como aconteceu no Brasil, será um forte contributo para o êxito desta operação.

Eis um bom desafio, um bom desígnio que, sendo localizado no exterior, vai conseguir, estou certo, mobilizar os portugueses. Mais, permite acabar com alguns fantasmas como «de Espanha nem bom vento nem bom casamento» e consolidar a nossa economia num espaço ibérico. Esta estratégia é ainda mais importante quando se fala do alargamento da União Europeia a leste e da necessidade de se encontrar uma posição mais forte dos países (e das empresas) do Mediterrâneo.

CONGRESSO

Carlos Capelas

O PS E A MILITÂNCIA



Para o próximo XII Congresso do PS, já estão previstos trabalhos de distintos camaradas. Todos apresentam interessantes summas com tanta ideias-força, certamente, sairá vencedor o secretário-geral, primeiro-ministro e nosso camarada António Guterres.

Contudo, convém considerar que para o PS vencer as eleições é necessário o forte apoio do partido e a mobilização dos militantes. E para haver militância é necessário gerir fenómenos sociais, como a camaradagem, a amizade e o convívio entre militantes.

A sociedade humana portuguesa mudou muito depois do 25 de Abril. Todos nós mudámos e o partido também, mas, talvez não tenha acompanhado bem a mudança. Pensamos que é urgente que o nosso partido tenha actividade com melhor qualidade, tanto mais que é o maior partido português e tem a responsabilidade de ser

o partido no poder. Igualmente se sabe que o PS, entre as mulheres e os homens, tem dos melhores quadros do País e a juventude é da mais voluntariosa que jamais tivemos.

O PS para prestar serviços aos seus militantes, à política e ao País, necessita de melhor organização, o que obriga os militantes a mais reuniões e a não haver distanciamento entre militantes de base e dirigentes.

Através dos anos, muitas Secções de residência e Núcleos de empresas já desapareceram e, certamente, jamais poderão surgir no modelo antigo e ultrapassado.

Não se pretende fazer crítica irresponsável. Queremos somente dar a nossa opinião responsável e prestar uma humilde colaboração.

Parece um perigo para o nosso partido continuarmos com fenómenos de isolamento e existir a possibilidade de

surgirem grupos, isto é, o grupo dos militantes, dos secretários das secções, das autarquias, da Comissão Nacional, da Comissão Política, dos que estão nos Parlamentos, dos independentes, das assembleias municipais, do Governo, etc. quando houver fenómenos destes já não temos partido, mas, infelizmente, só existirão grupos de militantes desinteressados do PS.

Pessoalmente, nada me move contra grupos, ou de independentes, desde que defendam o ideário do Partido Socialista, que tragam votos para o PS e quando dentro do Partido não votem contra o PS. Portanto, tudo pelo Partido e nada contra o Partido Socialista. Para haver problemas já basta a oposição e não os militantes nem os independentes.

Ao admitirmos que o PS não funciona bem, não quer dizer que qualquer outro funcione melhor. O que pretendo pedir é reflexão sobre o funcionamento do Partido Socialista

e a maneira de haver mais eficácia.

Veja-se a dificuldade em funcionar a informação, comunicação e formação contínua para os militantes, assim como o processo como continuamos a elaboração das listas, não para a Comissão Nacional, a Comissão Política e a lista para deputados. É confrangedor este trabalho e injusto o seu resultado. Temos camaradas que nunca deixaram de ter o nome nas listas, outros, e, infelizmente, muitos, aparecem em várias listas, o que, em gestão do processo político, pode ser prejudicial para o partido. Assim, infelizmente, assistimos que, desde o 25 de Abril, há militantes de muito valor que nunca tiveram a oportunidade de colaborar com o PS.

Em conclusão, e como sou optimista, penso que a qualidade vai melhorar no PS, porque o camarada Jorge Coelho regressou à gestão do partido e ele sabe como modernizar e como organizar o PS para vencer as próximas eleições.

FAZER CHEGAR A CULTURA A TODOS OS CIDADÃOS



A questão das relações entre a Cultura e o Estado é um dos pontos centrais da reflexão crítica sobre o estado das artes ao longo do séc. XX na Europa. No início do século passado, era patente que o Estado apenas se associava às artes para enaltecer os valores do academismo vigente, em que as sociedades que representava se julgavam espelhadas. As vanguardas europeias reagiram contra este academismo e, simultaneamente, contra a hipótese de qualquer tutela estatal, ainda que fosse de apoio ou estímulo, desde logo julgada suspeita dada a sua origem. Em nenhuma circunstância se admitia que a acção do Estado pudesse ser positiva para a vida e a fruição das artes, pois se receava o peso do seu carácter necessariamente normativo e uniformizador.

A breve euforia suscitada pela liberdade artística da República de Weimar foi a excepção que confirmou a regra, logo dolorosamente evidenciada pela chamada política cultural da Alemanha nazi. Nesses germânicos anos 30, afirmou-se a centralidade absoluta do Estado, condenando toda a arte que fugisse às normas ditadas pelo partido e considerando degenerada a que se lhe opunha. Esta exacerbação aumentou as conotações negativas das políticas estatais para a cultura, que as políticas culturais soviética e fascistas já justificavam.

No caso soviético como no caso italiano, alguns vanguardistas julgaram possível servir-se do Estado e servi-lo através das suas práticas modernistas. Sabe-se que o equívoco não durou muito e teve consequências trágicas, sobretudo para a criação artística na União Soviética.

O pós-guerra transportou também para a cultura o confronto entre Leste e Oeste, tendo a guerra-fria assumido, dos dois lados, características de inquisição cultural, particularmente preocupantes no seio das sociedades democráticas. A União Europeia só em 1992 julgou por bem incluir a cultura nos seus tratados. Se o tivesse feito desde o início, como, diz-se, Jean Monnet teria desejado, é evidente que os nacionalismos e as tensões culturais dos anos cinquenta ter-se-iam transformado em obstáculos políficos intransponíveis. O carvão e aço eram matérias mais neutras.

A decisão de Maastricht sobre a inclusão da cultura no tratado de 1992 traduzia um apaziguamento político em torno da cultura e correspondia, mais objectivamente, à crescente intervenção dos estados membros na vida cultural, promovendo, nomeadamente, a criação contemporânea. Em Portugal, depois dos mal-entendidos futuristas de António Ferro, o Estado Novo procurou promover uma «política do espírito», mas, para além da censura, faltaram-lhe os meios e os artistas para atingir este desiderato, já que a grande maioria dos



criadores virou as costas ao regime, e a ele se opôs. A vida cultural do país não cessou por isso.

Desenvolveu-se e cresceu à margem, tirando das fraquezas forças, inventando cada um a seu modo espaços de acção individuais e colectivos.

Para a gente da minha geração era evidente que nada havia a esperar do Estado no que concerne às possibilidades de afirmação cultural, e menos ainda no que respeita ao apoio à criação artística, considerada a inimiga principal do regime, pois a sua essencial liberdade amedrontava o autoritarismo vigente. Apenas a miraculosa instituição da Fundação Calouste Gulbenkian, com as características que lhe deu Azeredo Perdigão,

levou à abertura de inesperados horizontes, marcados por linhas de programação que vieram a servir de modelo para o próprio Estado, uma vez terminado o marcelismo.

O 25 de Abril 1974 devolveu-nos preciosíssimas liberdades (e não se terá ainda enaltecido suficientemente quem as proporcionou), mas trouxe-nos também uma sinistra «dinamização cultural», em que, de novo, mas sob outro sinal, se queria dizer aos portugueses em geral, e aos artistas em particular, como deviam pensar e viver a cultura. Era uma tendência que, à esquerda, e apesar da ditadura, se manifestara durante décadas de um modo negativamente condicionante. Alguns arautos, ainda hoje sentenciosos, procuraram aliciar-nos ontem para as vantagens da domesticação cultural, tornando-se cúmplices da mão pesada que começava a erguer-se, proclamando as benéficas a colher de um Estado com as artes ao serviço da revolução e como expressão do poder desses iluminados.

Como outros pesadelos, este também veio a desvanecer-se com a afirmação da inequívoca vontade democrática de um povo, mas continua a sobrenadar um continuado receio das intervenções do Estado na esfera da cultura, embora seja

evidente a urgência e a necessidade dessa intervenção, dados os múltiplos atrasos e ruínas que continua a ser necessário colmatar.

A Constituição de 1976 e as seguintes revisões, até 1997, proclamavam que a cultura era um bem a ser usufruído por todos os cidadãos, «em especial os trabalhadores». Em 1997 achou-se que, como é óbvio, bastava referir todos os cidadãos. A primeira Constituição limitava-se a dizer no seu artigo 78 que «o Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património do povo português», mas logo a partir da primeira revisão, em 1982, e dentro do espírito explicitamente programático da nossa lei fundamental, se elenca a forma de intervenção do Estado. Dentro de tal enunciado, e obrigações, se têm articulado os sucessivos projectos culturais de partidos e governos, sendo aqui de salientar o dever do Estado de «apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade» [art. 78, ponto 2, b]. Ou seja o Estado, através das propostas e da gestão do Governo e da Assembleia da República, propõe-se como actor da vida cultural, dando-se inclusivé a capacidade de decidir com base na sua percepção da Qualidade de obras e bens culturais. O que não é pouco.

Nesta revisão de 1982, diz-se explicitamente que «o Estado não pode atribuir-se o direito de programar («não pode programar», na revisão de 1997) a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas» (Art. 43, 2).

O Estado tem vindo a procurar encontrar os limites e as oportunidades para a sua acção, sendo hoje evidente que os fundos públicos podem e devem ser empenhados nos processos que garantam a todos os cidadãos um melhor e mais amplo acesso à cultura, na salvaguarda e valorização de um

património imóvel negligenciado durante décadas, na abertura de espaços, na concessão de meios para a criação artística, mas tudo isto se supõe feito sem paternalismos, sem clientelismos e sem regurgitos de revivalismos nacionalistas.

Em Agosto de 1995, numa longa entrevista sobre cultura, o secretário-geral do PS afirmava que «a preocupação fundamental é passar de uma lógica em que a cultura esteve ao serviço do Estado para uma lógica em que o Estado esteja ao serviço da cultura. Queremos eliminar o actual carácter propagandístico da política cultural, simultaneamente elitista e populista, que vive de grandes projectos, uns realizados outros apenas enunciados. Esta política não se preocupou com a democratização do acesso dos cidadãos à cultura».

Nos Governos presididos por António Guterres, a cultura passou a ser assumida como uma aposta política, ganhando mesmo uma centralidade polémica. Verificou-se um acréscimo significativo nos orçamentos da cultura e estabilizou-se um Ministério da Cultura. A sua existência continuada (ao contrário dos esporádicos Ministérios da Cultura do passado) permitiu a duplicação das disponibilidades financeiras entre 1995 e 2001, atingindo-se os 58 milhões de contos. Aos quais se podem acrescentar os 72 milhões de contos de fundos comunitários acessíveis de 2000 a 2006 através do Programa Operacional de Cultura.

Esta continuidade e estes meios suscitaram muitas vezes interrogações sobre as políticas anunciadas, sobre as prioridades, sobre os grupos de influência, e estas objecções não podiam deixar de sensibilizar o PS e o Governo, já que ambos tinham consciência de que «o Estado não pode nem deve monopolizar a vida cultural, e tem, pelo contrário, a estrita obrigação de respeitar, viabilizar e estimular a multiplicidade e a variedade das iniciativas culturais surgidas no seio da sociedade civil. Por isso, o novo Governo (estou a citar o «Programa eleitoral do Governo do PS e da Nova Maioria» de 1995), terá, precisamente, como uma das prioridades da sua intervenção cultural o estudo e a promoção de novos modelos de cooperação activa e de complementaridade entre a iniciativa autónoma dos cidadãos (consumidores, promotores culturais e criadores artísticos, individualmente ou através de associativismo profissional e cívico) e a intervenção de entidades públicas, tanto autárquicas como estatais» (p. IV – 36). Ao assumir a pasta da Cultura, fi-lo, exactamente, nesta perspectiva de que são os cidadãos os protagonistas da vida cultural, tanto como receptores como quanto produtores, não cabendo ao Estado impor ou favorecer particulares grupos ou ideias artísticas. Garantir a multiplicidade e diversidade de ofertas, do acesso e da recepção, é hoje a minha preocupação

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

dominante, e essa vontade parece ter desagradado a quem se julga fadado para impor verdades só a si reveladas, aos que ambicionam condicionar a vida cultural a seu favor e servir-se de quanto oferece o Estado para a definição dos seus próprios círculos de influência. A riqueza da vida cultural mede-se, pelo contrário, pelas contradições de correntes diversas e divergentes, não cabendo ao Estado democrático referendar quaisquer vontades de monolitismo e tomada de poder.

Para favorecer este contínuo arejamento do espaço cultural, basta-me ter como guia, tanto o referido programa de 1995 saído dos Estados Gerais promovidos pelo PS, como o programa do Governo para a legislatura de 1999/2003.

O objectivo do Governo é o de fazer chegar a cultura a todos os cidadãos através de um sistema de redes que capilarmente irradiem pelo país. Como a Rede Nacional de Bibliotecas, a Rede dos Arquivos Distritais, a Rede dos Teatros e Cine-Teatros, a Rede Portuguesa de Museus e, futuramente, a rede constituída através dos contratos culturais de cidade, em que se visa uma interacção de todos os agentes culturais de uma cidade em projectos comuns: os das instituições do Estado aí instaladas, os das autarquias, os das associações e grupos locais, e designio fundamental, os das instituições de ensino superior.

Temos hoje uma massa de 350.000 estudantes de ensino superior que se renova todos os quatro ou cinco anos e que deve constituir um alvo essencial das estratégias de captação de novos públicos, ou melhor, de uma política que atraia estes estudantes para o usufruto da vida cultural, da qual, sabe-se, na maioria, estão afastados. Não os captar para uma integração na cidade onde estudam e não os recrutar para uma cidadania cultural plena é condená-las à privação de um bem essencial e condenarmos o país a uma futura classe dirigente divorciada da cultura.

Cultura e desenvolvimento são indissociáveis e, no quadro do programa do Governo, esse desenvolvimento passa por uma requalificação das cidades, tendo nisso a cultura papel essencial. Deseja-se fomentar a oferta e a procura cultural, fazendo crescer a capacidade de participação dos cidadãos nos diferentes projectos, tornando-os activos em todo o processo cultural.

No que ao Estado central couber neste processo, seja através de financiamentos e parcerias, seja através da presença dos seus serviços, procurar-se-á evitar um qualquer dirigismo, estabelecendo-se contratos culturais de cidades que, após identificação de carências e de meios disponíveis, definirão os projectos a implementar no arco de três anos. Muitos dos programas em curso no Ministério da Cultura passarão a ser orientados para a satisfação destes projectos, operando-se assim no sentido da descentralização, entendida não como uma benesse levada do centro para a periferia, mas sim como uma partilha *in loco* dos problemas e das aspirações das populações.

A forma exacta que terão estes contratos é ainda objecto de diálogo com as autarquias, mas quero assinalar o excelente acolhimento que a ideia tem recebido, o que se deverá

ao simples facto de a cultura ser já hoje uma prioridade de muitas autarquias, algumas das quais investem nela percentagens do orçamento autárquico superior às atribuídas à Cultura no Orçamento Geral do Estado. A presença de vereadores para a área da Cultura é cada vez mais comum, de modo a que os Municípios possam melhor dar resposta aos anseios que sentem nas populações.

Ao lado deste trabalho de construção e estruturação, impõem-se acções que pontualmente congreguem à volta da cultura toda a vida de uma cidade, tornando-a protagonista. Lisboa 94 e Porto 2001 como capitais europeias da cultura são exemplos bem sucedidos de projectos articulados entre os governos e as cidades para darem uma centralidade à cultura que, embora temporária, deixa marcas e sinais de mudança irreversíveis, criando, a par de novos equipamentos, novos públicos e novas condições para o usufruto das práticas artísticas.

Pretende-se aproveitar este modelo para promover capitais nacionais de cultura, elegendo-se cada ano uma cidade como polo de uma actividade excepcional. Coimbra, com a sua grande massa estudantil, foi a primeira cidade escolhida, prevendo-se que venha a beneficiar a breve trecho de um projecto revitalizador e de novos equipamentos no âmbito da planificação definida igualmente pelos Ministérios da Ciência, do Planeamento, da Educação e do Ambiente. Seguir-se-ão outras cidades onde a construção de novos equipamentos deve associar-se desde logo a modos de utilização inovadores, capazes de atraírem e formarem para a cultura cada vez mais cidadãos.

Porque todas estas acções supõem pessoas para as coordenar e levar a cabo, estão previstos, a partir do próximo Outono, cursos de formação de gestores e de técnicos promovidos pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério do Trabalho dirigidos, numa primeira fase, às 21 cidades da Rede dos Teatros e Cine-Teatros.

O trabalho de estruturação é um trabalho fora das luzes da ribalta feito por equipas dedicadas dentro e fora do Ministério da Cultura, mas não recebe o devido crédito, e parece ser mesmo objecto de voluntária ocultação por certa imprensa que se especializou (e não só no domínio da Cultura) em transmitir recados deste ou daquele pretendo lesado, mas se cala sobre projectos e práticas que beneficiam largas camadas da população. Dou-vos dois exemplos recentes desta recusa de reconhecer o papel positivo do Estado e silenciar boas notícias. No âmbito do Plano Operacional da Cultura foram aprovados em menos de um ano candidaturas a fundos comunitários da ordem de 26 milhões de contos (ou seja cerca de metade do orçamento do Ministério da Cultura para 2001), em que se incluem fundos públicos e privados significativos. São projectos de renovação do património, de construção de museus, de apoio a eventos culturais de relevo, que dinamizarão a vida

cultural das localidades em que se integram, tendo igualmente impacto económico e criando possibilidades de emprego directo e indirecto. Ainda há dias, foram assinados no Ministério da Cultura mais 20 protocolos para a criação ou desenvolvimento de outras tantas bibliotecas municipais, mas como se trata de melhorar as condições de acesso à leitura de cidadãos anónimos, tal não mereceu a atenção dessa imprensa que só repara em questões fulanizadas, do interesse de fulano, e do amigo de fulano.

Estão neste caso as atribuições de subsídios, que constituem sempre um dos aspectos mais delicados das relações do Estado com o cidadão, pois, por mais júris que filtrem o processo de concessão de dinheiros públicos, fica sempre o travo de uma discricionariedade praticada pelo Governo.

No contexto português, pior que um subsídio recusado é o subsídio atribuído ao vizinho, como se verificou pela crónica recente. Esta fulanização não deve, porém, induzir em erro o cidadão observador e pagador.

O apoio directo às práticas artísticas,

principalmente nas áreas das Artes do Espectáculo e da Música, é, para este Governo, inquestionável, o que não implica que os critérios de atribuição de financiamentos correspondam ao que mais conviria a cada caso individual, nem tão-pouco implica que o Estado deva distribuir dinheiros públicos indiscriminadamente a todos os postulantes.

A inquestionabilidade deste apoio deriva da reconhecida impossibilidade das referidas artes se poderem auto-sustentar, de o público ter direito a beneficiar de uma exposição a estas artes, e dos artistas deverem ter a possibilidade de exercer convenientemente a sua profissão contribuindo para o fluxo da tradição cultural e para a sua renovação.

Ao Estado cabe pois definir enquadramentos em que os apoios a distribuir possam alcançar a maior rentabilidade e eficácia culturais, tanto pela criação de condições para a afirmação da qualidade, como pela possibilidade do mais amplo usufruto pelas populações das produções artísticas.

À medida que o Estado for disponibilizando mais financiamentos, e é desejável que o faça, mais exigente se tornará a sua avaliação dos requisitos de quem os solicita e dos resultados de quem os produz, desenhando concursos em que ao nível da produção e difusão sejam oferecidas garantias mútuas de eficiência e qualidade, como manda a Constituição. Neste sentido, deseja-se vir a incluir uma parte dos financiamentos nos futuros contratos culturais da cidade, na intenção de uma mais completa integração dos diversos agentes culturais na vida da cidade, que, supõe-se, fará escolhas de acordo com os anseios assumidos ou implícitos dos seus cidadãos. Será esta também uma forma de começar a corrigir as assimetrias na distribuição dos financiamentos, excessivamente concentrados em Lisboa.

Para exigir qualidade, o Estado tem de

procurar dá-la a estruturas que estão sob a sua imediata tutela, como os Teatros Nacionais ou os Museus, pelo que ali he cabe definir metas de excelência e capacidades de atracção de públicos exigentes. Nesse sentido se tem vindo a trabalhar, reorganizando administrativa e artisticamente teatros, remodelando espaços, cumprindo a promessa de dar à Orquestra Nacional do Porto uma plena formação sinfónica, assegurando condições de continuidade, como no caso da recente formalização de significativo financiamento para o Museu de Serralves, ou na futura criação de uma Fundação Casa da Música para gerir os destinos da Casa que aí nasceu no Porto. Ou ainda o compromisso assumido de pôr de pé o novo Museu do Douro, em cujo projecto já se trabalha.

O crescente prestígio da actividade cultural e a sua vitalidade têm atraído um crescente número de gestos mecenáticos, que culminam nos 2.800.000 contos de apoios para a Porto 2001. A par desta espectacular participação dos privados, estão estabilizadas outras associações como bancos, companhias de seguros, indústrias e empresas públicas que entenderam aliar-se às actividades do S. Carlos, do S. João, da Companhia Nacional de Bailado, do Museu Nacional de Arte Antiga, do Convento de Mafra, ou à Rede dos Cine-Teatros, etc.. Sem esquecer os apoios a centenas de iniciativas privadas.

Ultimamente, procurou dramatizar-se artificialmente as relações entre o Estado e a cultura, atribuindo-se a este Governo, através do seu ministro da Cultura, a intenção de questionar a intensificação do apoio à Cultura e de poder vir a suprimir subsídios. O absurdo desta interpretação é patente, mas faz parte de uma inesperada campanha, do tipo «*Character assassination*», como se diz na América das calúnias lançadas sobre um político para o destruir, cuja motivação é evidente. Pessoalmente, não me sinto particularmente afectado, tão clamorosa é a má-fé de quem a move, mas fui sensível ao descrédito que, em paralelo, terá lançado sobre os trabalhos artísticos, precipitando a níveis de quezília futebolística a discussão dos problemas do mercado das artes. A dignificação da cultura pode passar por saudáveis polémicas, mas não creio que a simples caça ao ministro se enquadre nesta perspectiva. Nesta caça, o tiro pode, afinal, fazer ricochete e de uma cajadada atingir dois coelhos.

Este ministro, por empenho pessoal antigo, e por obediência ao espírito do programa do Governo que integra, é um combatente de primeira linha na batalha pela renovação cultural, sabendo bem que é uma luta para a qual as instituições do Estado devem contribuir cada vez mais generosamente, pois, como se insistiu ao longo de toda esta intervenção, a Cultura é uma das traves mestras do desenvolvimento individual e colectivo, pela sua vivência se definindo as múltiplas facetas da identidade de um país. O Estado aumentará os meios para melhor disseminar e enraizar a produção cultural, na certeza de que a vida cultural é a resultante de um encontro entre quem faz e quem usufrui, sendo iguais os direitos de ambas as partes, conforme determina a Constituição.

*Intervenção do ministro da Cultura no colóquio «O Estado das Artes /As Artes e o Estado», no Centro Cultural de Belém, no dia 21 de Abril 2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Albufeira

Eudoro Grade apresenta publicamente o seu novo disco compacto «Sons da Memória», num concerto a realizar-se amanhã, no Auditório Municipal, às 21 e 30.

Artes em Amarante

De 28 de Abril a 15 de Maio estará aberta ao público, no 1º Claustro do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso, a segunda exposição dos alunos de artes das escolas secundárias do concelho. A mostra pode ser visitada entre as 9 horas e as 12 e 30, ou das 14 e 30 às 15 e 30, diariamente, exceptuando segundas-feiras e feriados.

Hóquei em Almodôvar

A película «Traffic», do galardado realizador Steven Soderbergh, poderá ser (re)visto hoje e amanhã, pelas 21 e 30, na sala de espectáculos local. No fim-de-semana, não perca o VI Torneio de Hóquei em Patins para Infantis B e Iniciados.

Teatro em Fafe

A Biblioteca Municipal exhibe, hoje, ao longo do dia, o filme infantil «O Livro da Selva». A Companhia de Teatro de Barcelos – A Capoeira – actua, amanhã, no Estúdio Fénix, a partir das 21 e 30, na representação da peça «Dom Serapio – Doente Sim, Doente Não», baseada na obra de Molière, «Doente Imaginário». Até ao dia 5 de Maio poderá visitar, na Galeria Municipal, uma exposição colectiva de artes plásticas dos alunos das Galerias Belart.

Jazz em Faro

O auditório do IPJ exhibe, amanhã, às 18 e 30, «Peixe Lua», de José Álvaro Morais; três horas depois, «O Quarto da Vanda», de Pedro Costa. Este sábado, 28 de Abril, às 18 horas, assista à inauguração da mostra de pintura de René Bertholo, que permanecerá patente, na Galeria Trem, até 28 de Maio, de segunda a sábado, entre as 10 e as 12 horas e das 14 às 18 horas. Também no sábado, no auditório da Biblioteca Municipal António Ramos Rosa, e a encerrar a «Maratona das Bibliotecas», haverá um espectáculo de jazz – «Bronx na Mouraria» – com Carlos Azevedo (piano), Rodrigo Serrão (contrabaixo) e Paleka (bateria). Na Galeria Municipal de Arte ARCO poderá apreciar a exposição «Deambulações: os brinquedos de Manuel Baptista».

Comemorações em Guimarães

«Cinco Dias, Cinco Noites» é a película que

poderá ver, no auditório da Universidade do Minho, hoje, às 21 e 30. Amanhã, à mesma hora, o Largo da Oliveira será o local de projecção do filme assinado por Maria de Medeiros «Capitães de Abril». No sábado, dia 28, às 21 e 30, o Teatro Universitário do Minho, leva à cena, no Centro Infantil Cultural e Popular, uma peça evocativa de Abril.

Jóias em Lisboa

A partir de hoje e até ao dia 12 de Maio, o Espaço Oikos, junto à Sé, será palco da peça «África», de Isabel Medina, com encenação de Cláudia Violante. Para assistir às quintas, sextas e sábados, pelas 21 e 30. Na próxima segunda-feira, dia 30, bem como a 2, 4 e 6 de Maio, o Teatro São Carlos acolhe uma estreia a nível nacional. Trata-se da ópera «A Raposinha Matreira», de Leos Janáček, pelo Teatro Nacional de Praga. O Museu Nacional do Traje tem patente ao público, até 31 de Junho, na sala Anos 2000, uma mostra de joalharia da autoria de Verónica Soares, que pode ser apreciada entre as 10 e as 18 horas, de terça-feira a domingo.

Histórias em Loulé

No âmbito do programa de Difusão das Artes do Espectáculo 2001, vai estar em cena, na sala da Assembleia Municipal, no dia 30, às 11 horas e às 14 e 30, a peça «Histórias sobre o 25 de Abril», pelo grupo Bica Teatro.

Livros na Lousã

O Pavilhão Municipal de Exposições alberga, a partir de domingo, dia 29 e até 6 de Maio, mais uma edição da Feira do Livro.

Danças no Montijo

No dia 27 (sábado) a partir das 21 horas,

realiza-se um Festival de Dança na sede da Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro.

Abril em Portimão

No âmbito das comemorações camarárias do 27º aniversário da Revolução dos Cravos, assista no sábado, dia 28, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, a um espectáculo de dança.

Orquestra em Santarém

A Igreja da Graça será palco, na próxima segunda-feira, dia 30, às 21 e 45, de um concerto a cargo da Orquestra Metropolitana de Lisboa e da solista de harpa Stéphanie Manzo. No programa deste recital incluem-se obras de Braga Santos, Debussy e Schumann.

Conferências em Santo Tirso

Para delícia dos mais miúdos, «Silvester e Tweety» será exibido, na Biblioteca Municipal, hoje, às 15 horas. Numa outra iniciativa, desta vez integrada no ciclo de conferências denominada «À conversa com...» (que a Câmara Municipal leva a efeito todos os anos) o auditório da nova Biblioteca Municipal recebe, no dia 30, às 21 e 30, o actor Ruy de Carvalho em recital poético.

Comédia em Sintra

Hoje, às 15 horas, realiza-se, na Casa da Juventude, uma conferência intitulada «De mãos dadas para a cidadania», que terá como oradores Jeroen Dewulf, Nuno Teotónio Pereira e Iva Delgado, cujas intervenções incidirão sobre o 25 de Abril, a cidadania e a intolerância. O Grupo de Teatro OS Jotas leva à cena, amanhã pelas 22 horas, na sala de convívio da Escola Ferreira Dias do Cacém, a peça «A cantora careca, uma comédia assinada por Eugène Ionesco.

SUGESTÃO

FAZER A FESTA DO TEATRO

O «XX Fazer a Festa – Festival Internacional de Teatro», arranca em Maio, no Palácio de Cristal do Porto.

O festival, a decorrer de 1 a 13 de Maio, terá espectáculos diariamente entre as 10 e 30 e as 23 e 30, destinados a público infantil, juvenil e adulto e abrangendo diversos géneros teatrais e animações.

Os eventos decorrem em cinco palcos, montados no auditório da Biblioteca Almeida Garrett, na Capela de Carlos Alberto, nos Jardins do Palácio e em duas estruturas montadas para o efeito, a denominar Palco do Rossio e Palco de Café-Teatro.

De Portugal estão presentes, além da companhia organizadora, o Teatro Art'Imagem, as companhias O Bando e Teatro do Tejo (ambas de Lisboa), Trigo Limpoteatro ACERT (Tondela), Teatro do Largo (Vila Nova de Milfontes), Hydra e Circolando (as duas do Porto), Teatro do Noroeste (Viana do Castelo), Teatro Regional da Serra do Montemuro, Chapitô, Oficina de Teatro da Maia e Teatro Novo, de Cascais.

De Espanha participam cinco companhias, sendo duas da Galiza (Teatro do Morcego e Ollomotránvia), uma da Catalunha (La Vana Gloria) e duas de Aragão, o Teatro del Temple e o grupo Arbolé.

A companhia belga To Be 2 abre o programa com a peça «Cirque Comique», a realizar ao ar livre, na Avenida das Tilias do Palácio de Cristal.

O programa prevê ainda a realização de um ciclo de colóquios sobre teatro e a actuação de diversos intérpretes.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Das pétalas fizeram asas

Azul é a página do júbilo da escrita.
Aqui se escreve Abril
com a letra soeitada e limpa
dos amores perenes e serenos,
dos afectos que o tempo não esgota.
Onde estava eu nessa noite?
Estava na alma das flores silenciadas,
esperando à boca dos quartéis
que o choro se mudasse em riso,
que a dor se tornasse festa.
Onde estava eu nessa noite?
Estava no coração dos vocábulos de luz
que trazem a manhã guardada
na secreta bagagem da alegria.
Havia um filho sorrindo
sob o tecto manso da ternura
e um livro a escrever-se
como se cantasse no côncavo da nossa voz.
Onde estava eu nessa noite?
Estava onde Abril passou a estar,
pai e filho de todos os sonhos
que das pétalas fizeram asas e voaram.

José Jorge Letria

Poesia para todos
Carlos Carranca
Maestro Jorge Machado
Professor José Machado
Durval Moreirinhas
José Manuel Peres

ENTRADA LIVRE

27 de Abril, 21.30h
Igreja de N. Srª da Penha de França

Organização JF da Penha de França



OS MARRETAS E A LILI

Sobreviver na vida política portuguesa parece-se cada vez mais com o processo de aprender a andar de bicicleta.

O que é importante é pedalar sempre, se possível em frente, para não perder o equilíbrio.

Isto aplica-se ao Governo, ao partido e às forças sociais que o atacam, à comunicação social e, até, generalizadamente, à opinião pública.

Não há praticamente um tema, uma ideia, uma bandeira que perdure durante o tempo suficiente para amadurecer e produzir frutos no âmbito da discussão pública.

Verdadeiramente tudo é passageiro e fugaz, demasiado passageiro aliás.

Abrem-se permanentemente novas portas sem pensar e atentar-se as portas que foram previamente abertas já se encontram fechadas.

É que por mais estranho que pareça não são tantos assim os problemas que se põem e impõem à sociedade portuguesa.

Do lado da governação a «agenda» passa pela assumpção de medidas que assegurem o desenvolvimento económico, a coesão social, a qualidade de vida e a eficácia das políticas sociais.

Do lado da oposição coloca-se, naturalmente, o dever de construir uma alternativa credível e consistente que prepare a saudável alternância no Governo e, sobretudo, a obrigação de fiscalização ou crítica da acção governativa.

De forma ainda mais simples, ao Governo compete a gestão corrente e as reformas; à oposição incumbe construir progressivamente o sempre desejável ambiente de mudança política, sem pôr em causa o funcionamento quotidiano das instituições.

Analisando a situação actual da política portuguesa poderá, em bom rigor, dizer-se que as coisas se passam assim?

Manifestamente não!

Quantas vezes já se discutiu e polemizou a Reforma Fiscal?

Quantas vezes se avançou, até à aprovação formal, na elaboração da nova Lei de Bases da Segurança Social, que importa ainda regulamentar e aplicar?

Quantas vezes tem estado na agenda política a questão da reforma do Serviço Nacional de Saúde?

Quantas vezes a oposição, de forma recorrente e maçadora, coloca a questão da segurança rodoviária ou da segurança em geral?

Quantas vezes já passou a opinião pública de um estado de euforia com a situação económica para uma apreciação deprimente perante a divulgação de dados iguais ou semelhantes?

Quantas vezes e através de quantas comissões de inquérito (parlamentares ou outras) vemos discutir as nossas desgraças colectivas desde a TAP, a Petrogal, a Fundação de Segurança Rodoviária ou o desastre de Entre-os-Rios?

Quando regularizamos em definitivo a relação do Estado com as confissões religiosas, o regime jurídico global aplicável às uniões de facto, o equilíbrio da Lei de Defesa Nacional ou a regulamentação aplicável à utilização de substâncias de consumo dependentes?

A resposta é só uma: *diversas* vezes e, o que é mais grave, nem sempre da mesma forma e com a mesma abordagem.

Este método de «pescadinha de rabo na boca» corresponde ao verdadeiro estado da política portuguesa na actualidade.

Acréscimo ainda o ruído introduzido pela arrumação partidária onde se coloca, quase sempre de forma hipócrita, a definição dos equilíbrios entre dependentes e independentes, jovens e menos jovens, mulheres e homens, militantes do aparelho e notáveis, representantes do interior ou periferia e dos grandes centros desenvolvidos.

Assuntos que são discutidos e resolvidos (?) sempre em fuga para a frente, ficando a sensação de que as soluções obtidas são apenas para preencher calendário.

Por isso, e cansados dos «marretas» da política, muitos portugueses se viram progressivamente para o milagre de rejuvenescimento da pele da Sra. Dona Lili das revistas sociais.

Felizmente que a angústia do desaparecimento da senhora foi resolvida com sucesso e a contento de todas as ansiedades.

Valha-nos isso pelo menos!

«Os ficheiros de militantes do PS reflectem números desajustados da realidade e necessitam de ser actualizados»

Jorge Coelho

Diário de Notícias, 24 de Abril

«O poder político democrático tem vindo a perder terreno para os poderes fácticos do passado, como o económico e o religioso, assim como para os novos poderes emergentes, como os supranacionais e os da Comunicação Social»

Medeiros Ferreira

Diário de Notícias, 24 de Abril

«O regime democrático não pode ser sinónimo, entre nós, de vazio de poder político»

Idem, ibidem

«Foram os socialistas, republicanos e laicos, liderados por Edmund Pedro, que defenderam a sede do Patriarcado quando esta foi atacada no Verão de 75»

Manuel Alegre

Expresso, 21 de Abril

«Foi o I Governo socialista que indemnizou, por meu intermédio, a Rádio Renascença»

Idem, ibidem

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

